

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	7
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	15
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	32
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	79
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	80
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	81

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	6.741.262
Preferenciais	0
Total	6.741.262
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	347.398	366.557
1.01	Ativo Circulante	76.225	87.794
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	23.128	24.972
1.01.01.02	Caixa e equivalentes de caixa	23.128	24.972
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.023	999
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.023	999
1.01.03	Contas a Receber	50.871	60.634
1.01.03.01	Clientes	14.744	23.526
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	36.127	37.108
1.01.03.02.01	Impostos a recuperar	28.471	30.097
1.01.03.02.02	Adiantamento a fornecedores	3.138	2.440
1.01.03.02.04	Outras contas a receber	4.518	4.571
1.01.04	Estoques	297	297
1.01.07	Despesas Antecipadas	906	892
1.01.07.01	Custos Antecipados	906	892
1.02	Ativo Não Circulante	271.173	278.763
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	90.249	91.559
1.02.01.04	Contas a Receber	11.923	11.923
1.02.01.04.03	Impostos a recuperar	11.923	11.923
1.02.01.07	Tributos Diferidos	47.260	47.257
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	47.260	47.257
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	622	809
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	26.287	27.488
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	26.287	27.488
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.157	4.082
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	4.157	4.082
1.02.02	Investimentos	109.550	114.711
1.02.02.01	Participações Societárias	109.550	114.711
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	109.550	114.711
1.02.03	Imobilizado	10.063	10.905
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.706	1.797
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	8.357	9.108
1.02.04	Intangível	61.311	61.588
1.02.04.01	Intangíveis	61.311	61.588
1.02.04.01.02	Ágio na aquisição de investimentos	58.480	58.480
1.02.04.01.03	Outros intangíveis	2.831	3.108

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	347.398	366.557
2.01	Passivo Circulante	70.251	88.736
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.215	1.239
2.01.02	Fornecedores	24.142	18.471
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	24.138	18.471
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	4	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.718	5.325
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.718	5.325
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	5.718	5.325
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	27.096	41.519
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	24.629	38.953
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	24.629	38.953
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	2.467	2.566
2.01.05	Outras Obrigações	12.080	22.182
2.01.05.02	Outros	12.080	22.182
2.01.05.02.04	Adiantamentos de clientes	8.597	19.211
2.01.05.02.06	Outras obrigações	342	341
2.01.05.02.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	3.141	2.630
2.02	Passivo Não Circulante	177.005	174.789
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	7.862	8.441
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	7.862	8.441
2.02.02	Outras Obrigações	113.737	110.515
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	95.557	91.155
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	95.557	91.155
2.02.02.02	Outros	18.180	19.360
2.02.02.02.04	Impostos e contribuições a recolher	18.180	19.360
2.02.04	Provisões	55.406	55.833
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	45.146	45.425
2.02.04.01.05	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	45.146	45.425
2.02.04.02	Outras Provisões	10.260	10.408
2.02.04.02.04	Provisão para perdas em investimentos em controladas	10.260	10.408
2.03	Patrimônio Líquido	100.142	103.032
2.03.01	Capital Social Realizado	243.022	243.022
2.03.03	Reservas de Reavaliação	105	109
2.03.04	Reservas de Lucros	-9.665	-9.665
2.03.04.10	Gastos com emissão de ações	-9.665	-9.665
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-239.905	-236.683
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	106.585	106.249

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	18.915	3.136
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-12.689	-3.099
3.03	Resultado Bruto	6.226	37
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.308	-11.393
3.04.01	Despesas com Vendas	0	-3
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.720	-5.591
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-7.351	-5.240
3.04.02.02	Remuneração dos administradores	-369	-351
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.761	43
3.04.04.01	Outras receitas operacionais líquidas	3.761	43
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-5.349	-5.842
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-5.349	-5.842
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-3.082	-11.356
3.06	Resultado Financeiro	-147	-446
3.06.01	Receitas Financeiras	4.920	8.881
3.06.01.01	Receitas Financeiras	1.244	1.174
3.06.01.02	Variação cambial e monetária, líquida	3.676	7.707
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.067	-9.327
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-5.067	-9.327
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-3.229	-11.802
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	3	0
3.08.02	Diferido	3	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-3.226	-11.802
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-3.226	-11.802
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,47855	-0,17507
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,47855	-0,17507

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	-3.226	-11.802
4.02	Outros Resultados Abrangentes	336	6.604
4.02.01	Variação cambial na conversão de operações no exterior	336	6.604
4.03	Resultado Abrangente do Período	-2.890	-5.198

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.941	-2.049
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	308	-45
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do trimestre	-3.226	-11.802
6.01.01.02	Equivalência patrimonial	5.349	5.842
6.01.01.04	Depreciação e amortização	1.140	1.150
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-3	0
6.01.01.07	Financiamentos, empréstimos, debêntures e obrigações fiscais	-2.850	-3.286
6.01.01.09	Constituição (reversão) de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-851	1.293
6.01.01.10	Constituição (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	262	0
6.01.01.11	Ganho com valor justo de instrumentos financeiros	511	6.809
6.01.01.12	Perdas com investimentos	-24	-51
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	3.633	-2.004
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	8.520	566
6.01.02.03	Impostos a recuperar	1.626	-2.444
6.01.02.04	Adiantamentos a fornecedores	-698	-341
6.01.02.05	Outras contas a receber	53	149
6.01.02.06	Depósitos judiciais	11	272
6.01.02.07	Custos antecipados	174	-436
6.01.02.08	Fornecedores	5.383	604
6.01.02.09	Impostos e contribuições a recolher	-787	-758
6.01.02.10	Salários, provisões e encargos sociais	-24	219
6.01.02.11	Adiantamentos de clientes	-10.614	1.661
6.01.02.12	Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas	-12	-1.139
6.01.02.13	Outras obrigações	1	0
6.01.02.16	Partes Relacionadas	0	-357
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-21	0
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-21	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5.752	-13.959
6.03.01	Contratação de empréstimos e financiamentos	0	54.000
6.03.03	Partes relacionadas	8.032	-2.016
6.03.08	Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	-12.173	-68.205
6.03.09	Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	-567	-3.364
6.03.10	Resultado bruto com operações de SWAP	0	6.596
6.03.11	Pagamento de passivos de arrendamento - principal	-1.044	-970
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-12	67
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.844	-15.941
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	24.972	42.767
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	23.128	26.826

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	243.022	-9.556	0	-236.683	106.249	103.032
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	243.022	-9.556	0	-236.683	106.249	103.032
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.226	336	-2.890
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.226	0	-3.226
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	336	336
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-4	0	4	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-4	0	4	0	0
5.07	SalDOS Finais	243.022	-9.560	0	-239.905	106.585	100.142

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	243.022	-9.529	0	-184.491	84.738	133.740
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	243.022	-9.529	0	-184.491	84.738	133.740
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-11.802	6.604	-5.198
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-11.802	0	-11.802
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	6.604	6.604
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	6.604	6.604
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	243.022	-9.529	0	-196.293	91.342	128.542

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	21.540	3.581
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	21.540	3.581
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-13.382	-5.089
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-11.621	-1.522
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.763	-3.567
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	2	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	8.158	-1.508
7.04	Retenções	-1.068	-1.150
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.068	-1.150
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	7.090	-2.658
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.795	6.647
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-5.349	-5.842
7.06.02	Receitas Financeiras	8.144	12.490
7.06.03	Outros	0	-1
7.06.03.01	Outros	0	-1
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	9.885	3.989
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	9.885	3.989
7.08.01	Pessoal	1.770	2.029
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.263	1.293
7.08.01.02	Benefícios	426	522
7.08.01.03	F.G.T.S.	81	214
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.987	710
7.08.02.01	Federais	2.304	550
7.08.02.02	Estaduais	3	0
7.08.02.03	Municipais	680	160
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	8.355	13.052
7.08.03.01	Juros	8.275	12.933
7.08.03.02	Aluguéis	80	119
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-3.227	-11.802
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-3.227	-11.802

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	316.924	337.637
1.01	Ativo Circulante	160.552	180.594
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	62.431	71.440
1.01.01.02	Caixa e equivalentes de caixa	62.431	71.440
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.023	999
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.023	999
1.01.03	Contas a Receber	94.196	105.644
1.01.03.01	Clientes	36.763	48.017
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	57.433	57.627
1.01.03.02.01	Impostos a recuperar	44.655	44.511
1.01.03.02.02	Adiantamento a fornecedores	8.212	8.248
1.01.03.02.04	Outras contas a receber	4.566	4.868
1.01.04	Estoques	1.155	1.168
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.747	1.343
1.01.07.01	Custos Antecipados	1.747	1.343
1.02	Ativo Não Circulante	156.372	157.043
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	76.689	76.790
1.02.01.04	Contas a Receber	11.923	11.923
1.02.01.04.03	Impostos a recuperar	11.923	11.923
1.02.01.07	Tributos Diferidos	50.853	50.817
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	50.853	50.817
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	622	809
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	8.403	8.403
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	8.403	8.403
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.888	4.838
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	4.888	4.838
1.02.03	Imobilizado	15.183	15.727
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.826	6.619
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	8.357	9.108
1.02.04	Intangível	64.500	64.526
1.02.04.01	Intangíveis	64.500	64.526
1.02.04.01.02	Ágio na aquisição de investimentos	58.480	58.480
1.02.04.01.03	Outros intangíveis	6.020	6.046

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	316.924	337.637
2.01	Passivo Circulante	123.262	138.754
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.214	2.375
2.01.02	Fornecedores	66.713	60.421
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	66.710	60.135
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	3	286
2.01.03	Obrigações Fiscais	11.897	12.232
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	11.897	12.232
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	11.897	12.232
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	27.096	41.519
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	24.629	38.953
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	24.629	38.953
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	2.467	2.566
2.01.05	Outras Obrigações	15.342	22.207
2.01.05.02	Outros	15.342	22.207
2.01.05.02.04	Adiantamentos de clientes	11.722	19.215
2.01.05.02.06	Outras obrigações	479	362
2.01.05.02.07	Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.141	2.630
2.02	Passivo Não Circulante	92.766	94.725
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	7.862	8.441
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	7.862	8.441
2.02.02	Outras Obrigações	18.610	19.745
2.02.02.02	Outros	18.610	19.745
2.02.02.02.04	Impostos e contribuições a recolher	18.610	19.745
2.02.03	Tributos Diferidos	657	584
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	657	584
2.02.04	Provisões	65.637	65.955
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	65.637	65.955
2.02.04.01.05	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	65.637	65.955
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	100.896	104.158
2.03.01	Capital Social Realizado	243.022	243.022
2.03.03	Reservas de Reavaliação	105	109
2.03.04	Reservas de Lucros	-9.665	-9.665
2.03.04.10	Gastos com emissão de ações	-9.665	-9.665
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-239.905	-236.683
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	106.585	106.249
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	754	1.126

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	33.165	22.952
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-24.896	-18.950
3.03	Resultado Bruto	8.269	4.002
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.776	-8.897
3.04.01	Despesas com Vendas	-597	-264
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.115	-9.509
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-10.483	-8.744
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-632	-765
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.936	876
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	3.936	876
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	493	-4.895
3.06	Resultado Financeiro	-6.120	-4.833
3.06.01	Receitas Financeiras	-866	5.153
3.06.01.01	Receitas Financeiras	2.300	2.574
3.06.01.02	Variação cambial e monetária, líquida	-3.166	2.579
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.254	-9.986
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-5.254	-9.986
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-5.627	-9.728
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.608	-2.165
3.08.01	Corrente	-527	60
3.08.02	Diferido	2.135	-2.225
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-4.019	-11.893
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-4.019	-11.893
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-3.226	0
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-793	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,47855	-0,17507
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,47855	-0,17507

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-4.019	-11.893
4.02	Outros Resultados Abrangentes	758	6.773
4.02.01	Variação cambial na conversão de operações no exterior	758	6.773
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-3.261	-5.120
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-2.890	-5.198
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-371	78

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	8.021	-13.804
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-352	-10.210
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do trimestre	-4.019	-11.893
6.01.01.04	Depreciação e amortização	1.629	1.499
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-24	-31
6.01.01.07	Financiamentos, empréstimos, debêntures e obrigações fiscais	-795	-11.577
6.01.01.09	Constituição (reversão) de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-1.030	740
6.01.01.10	Constituição (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	-37	0
6.01.01.11	Ganho com valor justo de instrumentos financeiros	0	6.809
6.01.01.12	Ganho ou perda com investimentos	-25	-51
6.01.01.14	Efeito de economias hiperinflacionárias	3.949	4.294
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	8.373	-3.594
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	11.235	-19.296
6.01.02.02	Estoques	9	-81
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-409	-2.056
6.01.02.04	Adiantamentos a fornecedores	-87	969
6.01.02.05	Outras contas a receber	300	255
6.01.02.06	Depósitos judiciais	39	201
6.01.02.07	Custos antecipados	-220	-777
6.01.02.08	Fornecedores	6.506	21.839
6.01.02.09	Impostos e contribuições a recolher	-1.419	-5.497
6.01.02.10	Salários, provisões e encargos sociais	-153	-90
6.01.02.11	Adiantamentos de clientes	-7.482	2.170
6.01.02.12	Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas	-64	-1.308
6.01.02.13	Outras obrigações	120	77
6.01.02.14	Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-2	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-633	-351
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-633	-351
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-13.272	-8.988
6.03.01	Contratação de empréstimos e financiamentos	0	54.000
6.03.03	Partes relacionadas	0	2.955
6.03.08	Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	-12.173	-68.205
6.03.09	Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	-567	-3.364
6.03.10	Resultado bruto com operações de SWAP	511	6.596
6.03.11	Pagamento de passivos de arrendamento - principal	-1.043	-970
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-3.125	5.703
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-9.009	-17.440
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	71.440	111.913
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	62.431	94.473

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	243.022	-9.556	0	-236.683	106.249	103.032	1.125	104.157
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	243.022	-9.556	0	-236.683	106.249	103.032	1.125	104.157
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.226	336	-2.890	-371	-3.261
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.226	0	-3.226	-793	-4.019
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	336	336	422	758
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-4	0	4	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-4	0	4	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	243.022	-9.560	0	-239.905	106.585	100.142	754	100.896

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	243.022	-9.529	0	-184.491	84.738	133.740	3.615	137.355
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	243.022	-9.529	0	-184.491	84.738	133.740	3.615	137.355
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-11.802	6.604	-5.198	78	-5.120
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-11.802	0	-11.802	-91	-11.893
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	6.604	6.604	169	6.773
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	6.604	6.604	169	6.773
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	243.022	-9.529	0	-196.293	91.342	128.542	3.693	132.235

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	36.008	24.743
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	36.008	24.743
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-26.383	-15.920
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-23.494	-9.746
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.891	-6.126
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	2	-48
7.03	Valor Adicionado Bruto	9.625	8.823
7.04	Retenções	-1.735	-1.499
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.735	-1.499
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	7.890	7.324
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.902	9.557
7.06.02	Receitas Financeiras	7.599	15.232
7.06.03	Outros	303	-5.675
7.06.03.01	Outros	303	-5.675
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	15.792	16.881
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	15.792	16.881
7.08.01	Pessoal	3.228	4.015
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.609	3.029
7.08.01.02	Benefícios	523	740
7.08.01.03	F.G.T.S.	96	246
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.830	4.389
7.08.02.01	Federais	991	3.158
7.08.02.02	Estaduais	124	985
7.08.02.03	Municipais	715	246
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	14.754	20.370
7.08.03.01	Juros	14.674	20.063
7.08.03.02	Aluguéis	80	307
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-4.020	-11.893
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-3.227	-11.802
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-793	-91

Comentário do Desempenho

T4F TIME FOR FUN

RELEASE 1T26

Webinar de resultados 1T26

Data: 14 de maio de 2026

Português: 10am (BRT) | 8am (EST)

Inglês: 11am (BRT) | 9am (EST)

Link da inscrição: [webinar 1T26](#)

Central de resultados: ri.t4f.com.br

Comentário do Desempenho

REALIZAÇÕES 1T26



Turnê Phonica - Nordeste

A turnê Phonica | Marisa Monte & Orquestra Ao Vivo foi realizada em 3 grandes capitais do Nordeste com sucesso de bilheteria e crítica.



Ópera do Malandro

O espetáculo Ópera do Malandro foi exibido no Teatro Renault, com 42 sessões e 55 mil ingressos vendidos.

Comentário do Desempenho

DESTAQUES 1T26

Indicadores Financeiros (R\$ mm)	1T25	1T26	Var. % (1T26/1T25)
Receita Líquida	23,0	33,1	44%
Promoção de Eventos	-	13,3	n.a.
Operação de Bilheteria, A&B e Venues	18,9	16,7	-12%
Patrocínio	4,1	3,1	-25%
Custo	(19,0)	(24,8)	-31%
Lucro Bruto	4,0	8,3	107%
Margem Bruta (%)	17,4%	25,0%	7,6 p.p.
SG&A	(9,8)	(11,7)	-20%
Outras receitas (despesas) operacionais	0,9	3,9	349%
(+) Depreciação e amortização	1,5	1,6	9%
EBITDA	(3,4)	2,2	n.a.
Margem EBITDA (%)	-14,8%	6,7%	21,4 p.p.
(-) Depreciação	(1,5)	(1,6)	-9%
Resultado Financeiro	(4,8)	(6,2)	-28%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2,2)	1,6	n.a.
Lucro Líquido (Prejuízo)	(11,9)	(4,0)	66%
Margem Líquida (%)	-51,8%	-12,1%	39,8 p.p.

Indicadores Operacionais	1T25	1T26	Var. % (1T26/1T25)
Música Ao Vivo			
Eventos Promovidos	-	3	n.a.
Ingressos Vendidos (000)	-	52,8	n.a.
Preço Médio por Ingresso (R\$)	-	273	n.a.
Eventos Família e Teatro			
Eventos Promovidos	-	-	n.a.
Ingressos Vendidos (000)	-	-	n.a.
Preço Médio por Ingresso (R\$)	-	-	n.a.
Total			
Número de Eventos	-	3	n.a.
Ingressos Vendidos (000)	-	53	n.a.
Preço Médio por Ingresso (R\$)	-	273	n.a.

Comentário do Desempenho

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas, clientes e parceiros,

Embora o primeiro trimestre seja tradicionalmente o período de menor peso relativo na formação do resultado anual do setor, iniciamos 2026 com entregas relevantes. No 1T26, realizamos a turnê Phonica | Marisa Monte e Orquestra Ao Vivo no Nordeste, com apresentações em Recife, Salvador e Fortaleza e forte resposta de público, dando continuidade ao desempenho positivo observado no eixo Sul-Sudeste em 2025. No Teatro Renault, o espetáculo Ópera do Malandro, da obra de Chico Buarque, deu início à temporada de 2026, reforçando a relevância da operação do Teatro Renault para a Companhia.

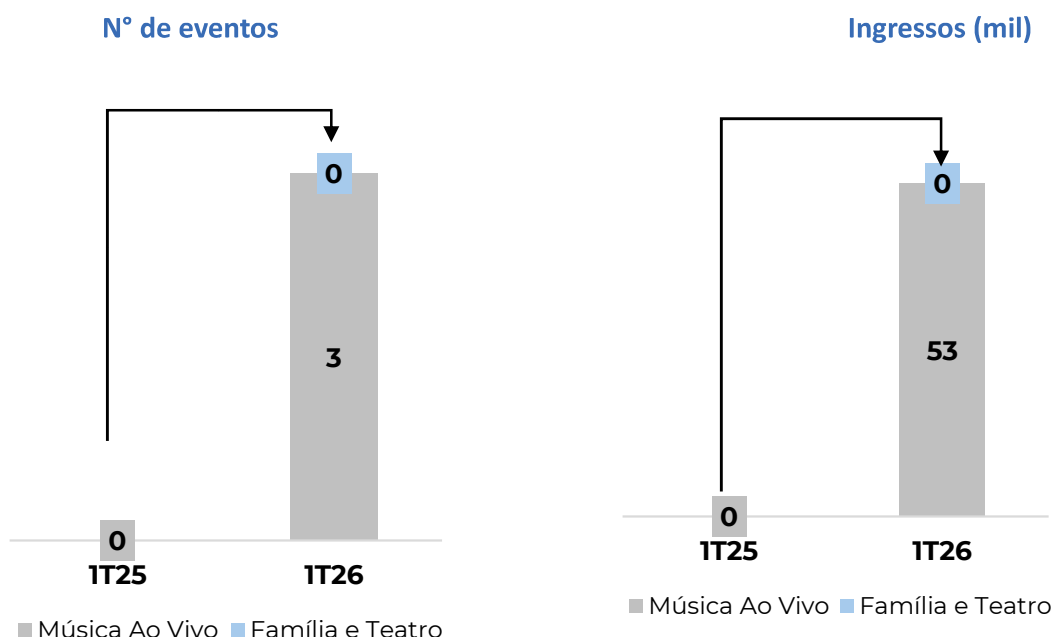
Para os próximos trimestres, está confirmada a estreia do musical Shrek O Musical e a obra Minha Vida em Marte com Mônica Martelli no Teatro Renault.

Além da agenda já confirmada, seguimos avaliando novos caminhos para a produção de conteúdos e eventos.

Agradecemos a confiança e seguimos juntos, conectando pessoas por meio da música, da cultura e do entretenimento ao vivo.

Francesca Alterio
CEO

Comentário do Desempenho

INDICADORES OPERACIONAIS

Durante o 1T26, realizamos 3 eventos de Música Ao Vivo, correspondentes às apresentações da turnê Phonica | Marisa Monte e Orquestra Ao Vivo nas cidades de Recife, Salvador e Fortaleza, com 52,8 mil ingressos vendidos.

O Teatro Renault recebeu o espetáculo Ópera do Malandro, da obra de Chico Buarque, que marcou o início da temporada de 2026 no teatro, com 42 apresentações e mais de 55 mil ingressos vendidos.

No 1T25, a Companhia não realizou eventos promovidos nas categorias de Música Ao Vivo ou Família e Teatro.

Comentário do Desempenho

RECEITA LÍQUIDA

Indicadores Financeiros (R\$ mm)	1T25	1T26	Var. % (1T26/1T25)
Promoção de Eventos	-	13,3	n.a.
Oper. de Bilheteria, A&B e Venues	18,9	16,7	-11,6%
Patrocínio	4,1	3,1	-24,6%
TOTAL	23,0	33,1	44%
Número de Eventos	-	3,0	n.a.
Ingressos Vendidos (mil)	-	52,8	n.a.
Preço Médio por Ingresso (R\$)	-	273,0	n.a.

Em Promoção de Eventos, tivemos uma Receita Líquida de R\$ 13,3 milhões, impulsionada pela turnê Phonica | Marisa Monte e Orquestra Ao Vivo realizada no Nordeste.

Em Operações de Bilheteria, A&B e Venues, no 1T26 quando comparado ao 1T25, tivemos uma redução de 11,6%, totalizando R\$ 16,7 milhões. O resultado do ano anterior foi impulsionado pelo sucesso da apresentação do musical Wicked, no Teatro Renault.

Na Receita Líquida de Patrocínios, tivemos uma redução de 24,6% quando comparado ao 1T25, totalizando R\$ 3,1 milhões.

No total, a Receita Líquida do 1T26 atingiu R\$ 33,1 milhões, um crescimento de 44% em relação ao 1T25, impulsionado principalmente pela Promoção de Eventos.

LUCRO BRUTO

Lucro (Prejuízo) Bruto (R\$ mm)	1T25	1T26	Var. % (1T26/1T25)
Receita Líquida	23,0	33,1	44,1%
Custo	(19,0)	(24,8)	30,9%
Lucro (Prejuízo) Bruto	4,0	8,3	108%
Margem Bruta (%)	17,4%	25,1%	7,7 p.p.
Promoção de Eventos	-	3,2	n.a.
Operação de Bilheteria, A&B e Venues	(0,1)	2,0	n.a.
Patrocínio	4,1	3,1	-24,6%

No primeiro trimestre de 2026, registramos um Lucro Bruto de R\$ 8,3 milhões, um crescimento de 107% em relação ao 1T25, motivado principalmente pela realização da turnê Phonica no Nordeste e pelo bom desempenho da operação do Teatro Renault com Ópera do Malandro. A margem bruta atingiu 25,0%, uma melhora de 7,6 pontos percentuais em relação ao mesmo período do ano anterior.

Comentário do Desempenho

DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas Operacionais (R\$ mm)	1T25	1T26	Var. % (1T26/1T25)
Vendas	(0,3)	(0,6)	-126,3%
Gerais e Administrativas	(8,7)	(10,5)	-19,9%
Remuneração dos Administradores	(0,8)	(0,6)	17,5%
Outras receitas (despesas) operacionais	0,9	3,9	349,1%
SG&A	(9,0)	(7,8)	13%

A linha de Outras receitas operacionais refere-se ao ressarcimento de sinistros cobertos por apólices de seguros, os quais tiveram os gastos registrados na linha Gerais e Administrativas.

Assim, as despesas operacionais totais registraram uma redução do 1T25 para o 1T26, passando de R\$ 9,0 milhões para R\$ 7,8 milhões, uma queda de 13%, reflexo dos esforços da Companhia na gestão de recursos.

EBITDA

Reconciliação do EBITDA (R\$ mm)	1T25	1T26	Var. % (1T26/1T25)
Lucro Líquido (Prejuízo)	(11,9)	(4,1)	66%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	2,2	(1,6)	n.a.
(+) Resultado Financeiro Líquido	4,9	6,2	27%
(+) Depreciação	1,5	1,6	9%
EBITDA	(3,4)	2,2	n.a.

O EBITDA do 1T26 foi positivo em R\$ 2,2 milhões, frente ao EBITDA negativo de R\$ 3,4 milhões no 1T25, uma variação positiva de R\$ 5,6 milhões. A margem EBITDA atingiu 6,7% no trimestre, ante margem negativa de 14,8% no 1T25, refletindo a evolução do Lucro Bruto e a melhora do resultado operacional.

Comentário do Desempenho

RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ mm)	1T25	1T26	Var. % (1T26/1T25)
Receitas Financeiras	2,6	2,3	-11%
Juros Ativos	1,1	-	n.a.
Rendimentos de Aplicações Financeiras	1,5	1,3	-12%
Outros	0,1	1,0	n.a.
Despesas Financeiras	(10,0)	(5,3)	47%
Juros passivos	(1,4)	(0,8)	41%
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(0,5)	(0,0)	96%
Perdas decorrentes de operação de "swap"	(7,0)	(2,8)	60%
Outras	(1,1)	(1,6)	-50%
Receitas - Despesas Financeiras	(7,5)	(3,0)	60%
Variação Cambial, Monetária e Hiperinflação	2,6	(3,2)	-224%
Variação Cambial	7,8	2,9	-63%
Variação Monetária	(0,9)	(2,1)	n.a.
Variação Hiperinflação	(4,3)	(3,9)	8%
Resultado Financeiro Líquido	(4,9)	(6,2)	-27%

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 6,2 milhões no 1T26, frente ao saldo negativo de R\$ 4,8 milhões registrado no 1T25. A variação reflete principalmente maior efeito negativo de variação cambial, monetária e hiperinflação, parcialmente compensado pela melhora no saldo entre receitas e despesas financeiras.

O saldo entre Receitas e Despesas Financeiras apresentou melhora relevante, saindo de R\$ 7,5 milhões negativos no 1T25 para R\$ 3,0 milhões negativos no 1T26, motivado principalmente pela redução nas perdas com operações de swap, que passaram de R\$ 7,0 milhões no 1T25 para R\$ 2,8 milhões no 1T26.

Comentário do Desempenho

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO

Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mm)	1T25	1T26	Var. % (1T26/1T25)
Resultado Antes de Impostos	(9,7)	(5,7)	42%
(-) IRRF e CSSL (Corrente)	0,1	(0,5)	n.a.
(-) IRRF e CSSL (Diferido)	(2,2)	2,1	n.a.
Lucro (Prejuízo) Líquido	(11,9)	(4,1)	66%

O prejuízo líquido no 1T26 foi de R\$ 4,1 milhões, uma redução de 66,0% em relação ao prejuízo de R\$ 11,9 milhões registrado no 1T25. A melhora reflete principalmente o crescimento do Lucro Bruto e a evolução do resultado operacional no trimestre, parcialmente compensados pelo resultado financeiro negativo.

A margem líquida encerrou o trimestre em -12,1%, uma melhora de 39,8 pontos percentuais em relação aos -51,8% registrados no 1T25.

Comentário do Desempenho

CAPITAL DE GIRO

Capital de Giro (R\$ mm)	1T25	4T25	1T26
Ativo Circulante	137,1	108,2	97,1
Contas a Receber	60,8	48,0	36,8
Estoques	1,4	1,2	1,2
Adiant. a Fornecedores e Custos Antecipados	11,5	9,6	10,0
Imposto a Recuperar	58,6	44,5	44,7
Outras contas a receber	4,8	4,9	4,6
Passivo Circulante	135,0	94,6	93,0
Fornecedores	92,5	60,4	66,7
Adiantamento de Clientes	26,2	19,2	11,7
Salários, provisões e contribuições sociais	2,4	2,4	2,2
Impostos e contribuições a recolher	13,2	12,2	11,9
Outras obrigações	0,7	0,4	0,5
Capital de Giro	2,1	13,6	4,1

O Capital de Giro no 1T26 ficou positivo em R\$ 4,1 milhões, frente aos R\$ 2,1 milhões também positivos no 1T25, refletindo uma queda maior no Passivo Circulante (-31%) do que no Ativo Circulante (-29%) na comparação anual.

Embora o trimestre tenha encerrado com Capital de Giro positivo, a dinâmica de capital de giro da Companhia segue característica do modelo de negócios do setor, com vendas de ingressos e recebimentos de patrocínios antecipados, registrados em Adiantamentos de Clientes, enquanto parte relevante dos pagamentos a fornecedores e seguros é registrada como Custos Antecipados.

Na comparação com o 4T25, a redução do Capital de Giro refletiu principalmente a queda de Contas a Receber e o aumento de Fornecedores, movimento associado ao maior nível de atividade operacional do trimestre e à realização da turnê Phonica no Nordeste.

Comentário do Desempenho

CAIXA E ENDIVIDAMENTO

Caixa e Endividamento (R\$ mm)	1T25	4T25	1T26
Saldo de Caixa + Aplicações (BoP)	114,0	114,7	71,4
Fluxo de Caixa Operacional	(13,8)	(26,3)	8,0
Fluxo de Caixa de Investimento	(0,4)	(1,4)	(0,6)
Fluxo de Caixa de Financiamento	(9,0)	(17,2)	(13,3)
Var. Cambial sobre Investimentos e Caixa no Exterior	5,7	1,7	(3,1)
Aumento (Redução) em Caixa e Equivalentes	(17,4)	(43,2)	(9,0)
Saldo de Caixa + Aplicações (EoP)	96,6	71,5	62,4
Empréstimos e Financiamentos - CP	28,1	39,0	24,6
Passivo de Arrendamento - CP	3,1	2,6	2,5
Empréstimos e Financiamentos - LP	27,6	-	-
Passivo de Arrendamento - LP	10,2	8,4	7,9
Endividamento Total	69,0	50,0	34,9
Caixa (Dívida) Líquido	27,6	21,5	27,5

Encerramos o 1T26 com Caixa Bruto de R\$ 62,4 milhões e Endividamento Total de R\$ 34,9 milhões, resultando em Caixa Líquido de R\$ 27,5 milhões, um aumento de 27% comparado ao Caixa Líquido R\$ de 21,5 milhões do 4T25.

O fluxo de caixa operacional foi positivo em R\$ 8,0 milhões no 1T26, contra R\$ 13,8 milhões negativos no 1T25, uma melhora de R\$ 21,8 milhões, impulsionada pelo recebimento das vendas da turnê Phonica.

O fluxo de caixa de financiamentos foi negativo em R\$ 13,3 milhões no 1T26, frente a R\$ 9,0 milhões negativos no 1T25, refletindo o pagamento de parcelas de principal e juros dos empréstimos contratados.

O endividamento total atingiu R\$ 34,9 milhões, redução de 13,0% em relação aos R\$ 39,9 milhões do 1T25 e de 49,4% frente aos R\$ 69,0 milhões do 4T25, refletindo a disciplina na gestão de caixa e no perfil de endividamento.

Comentário do Desempenho

PIPELINE

Em Música Ao Vivo, no início de 2026 realizamos os shows da turnê Phonica | Marisa Monte e Orquestra Ao Vivo no Nordeste do país. Para os próximos trimestres, seguimos novas oportunidades.

No segmento de Família e Teatro, o Teatro Renault recebeu Ópera do Malandro no 1T26 e segue com Shrek O Musical em cartaz, com temporada prevista até julho. Para o segundo semestre, estão previstas novas apresentações de Minha Vida em Marte, com Mônica Martelli, além de outros conteúdos a serem anunciados em breve.

A Companhia segue avaliando novas oportunidades de conteúdo e parcerias para o próximo ciclo de eventos, reafirmando seu compromisso em oferecer experiências únicas e de alta qualidade ao público.



Comentário do Desempenho

BALANÇO PATRIMONIAL

(R\$ mil)

ATIVO	1T25	1T26
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	94.473	62.431
Aplicações financeiras	2.088	1.023
Contas a receber	60.780	36.763
Estoques	1.439	1.155
Tributos a recuperar	58.589	44.655
Adiantamentos a fornecedores	2.032	8.212
Outras contas a receber	4.835	4.566
Total do ativo circulante	228.517	160.553
NÃO CIRCULANTE		
Contas a receber de clientes	-	-
Tributos a recuperar LP	12.058	11.923
Imposto de renda e contribuição social diferidos (ativo)	49.681	50.853
Depósitos judiciais	11.223	4.888
Custos antecipados LP	5.148	622
Partes relacionadas (ativo)	8.248	8.401
Total do realizável a longo prazo	86.358	76.687
Imobilizado	7.950	6.826
Bens de direito de uso	11.373	8.357
Intangível:	-	-
Ágio na aquisição de investimentos	6.636	58.479
Outros intangíveis	58.480	6.020
Total do ativo não circulante	170.797	156.369
TOTAL DO ATIVO	399.314	316.922
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE		
Fornecedores	92.478	66.713
Empréstimos, financiamentos e debêntures	26.594	24.629
Passivo de arrendamento	3.093	2.467
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.492	3.141
Salários, provisões e encargos sociais	2.387	2.212
Impostos e contribuições a recolher	13.202	11.897
Adiantamentos de clientes	26.175	11.722
Outras obrigações	746,0	477
Total do passivo circulante	166.167	123.258
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos, financiamentos e debêntures LP	27.597	-
Passivo de arrendamento LP	10.240	7.862
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	38.519	65.637
Imposto de renda e contribuição social diferidos	580	657
Impostos e contribuições a recolher LP	23.976	18.610
Total do passivo não circulante	100.912	92.767
Total do passivo	267.079	216.026
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	243.022	243.022
Gastos com emissão de ações	(9.665)	(9.665)
Reserva de reavaliação	136	105
Lucro (Prejuízo) acumulado	(196.293)	(239.905)
Outros resultados abrangentes	91.342	106.585
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	128.542	100.142
Participação dos acionistas não controladores	3.693	754
Total do patrimônio líquido	132.235	100.896
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	399.314	316.922

Comentário do Desempenho

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(R\$ mil)

Demonstração do Resultado	1T25	1T26
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22.952	33.165
CUSTO DOS SERV.PREST.E PROD.VENDIDOS	(18.950)	(24.896)
LUCRO BRUTO	4.002	8.269
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Vendas	(264)	(597)
Gerais e administrativas	(8.744)	(10.483)
Remuneração dos administradores	(765)	(632)
Outros resultados com investimentos	876	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	3.934
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANÇ	(4.895)	491
RESULTADO FINANCEIRO		
Despesas financeiras	(9.986)	(5.254)
Receitas financeiras	2.574	2.300
Variação cambial e monetária, líquida	2.579	(3.166)
RESULTADO ANTES DE IRRF E CSLL	(9.728)	(5.629)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Correntes	60	(527)
Diferidos	(2.225)	2.135
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(11.893)	(4.021)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2026

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS**Contexto operacional**

A T4F Entretenimento S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital aberto com ações negociadas no segmento "Novo Mercado" da Bolsa de valores do Brasil B3, sob o código "SHOW3", que, em conjunto com suas controladas ("Grupo"), têm como objeto social a administração, a promoção, a organização, a produção, o agenciamento, a programação e a execução de atividades relacionadas ao entretenimento ao vivo em geral, como eventos esportivos, artísticos, culturais, shows e espetáculos de qualquer espécie ou gênero.

A Administração avalia constantemente os indicadores operacionais, os resultados alcançados e a posição financeira da Companhia baseados nas diretrizes estratégicas em curso. O planejamento contempla a realização de shows e eventos já contratados ou em fase final de negociação, distribuídos ao longo dos próximos anos. Tais eventos abrangem diferentes praças e públicos, diversificando as fontes de receita e reduzindo a dependência de um único mercado.

Nesse sentido a Administração da Companhia avaliou a posição corrente dos ativos e passivos, bem como a disponibilidade de caixa, e concluiu que são suficientes para garantir as operações da Companhia nos próximos 12 meses e, consequentemente, a Administração não constatou indícios relacionados à incapacidade da Companhia de manter a continuidade de suas operações e, portanto, essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base nesta premissa.

a) Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE)

O Perse foi instituído pela Lei 14.148/2021 para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid-19. Entre os benefícios previstos, ficaram reduzidas a 0% (zero), pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado do início da produção de efeitos da mencionada lei, as alíquotas de Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos de acordo com determinadas atividades econômicas.

Diante disso, a Companhia, amparada pela lei e com a intenção de mitigar os efeitos da pandemia, aderiu a tais benefícios da Lei com efeitos nas linhas de receita líquida e IRPJ e CSLL.

A Companhia usufruiu dos benefícios fiscais previstos no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE) que concedia alíquota zero (0%) de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS para determinadas atividades do setor de eventos. Em decorrência de alterações legislativas, o referido benefício foi encerrado em março de 2025. A partir dessa data, as receitas da Companhia voltaram a ser tributadas pelas alíquotas regulares aplicáveis, sendo IRPJ 15% acrescida de adicional de 10% sobre o lucro que exceder o limite legal, CSLL 9%, PIS 1,65% e COFINS 7,6%, conforme o regime não cumulativo aplicável à Companhia.

Em 22 de maio de 2024 foi promulgada a Lei n. 14.859/2024, que alterou a Lei n. 14.148/2021 e estabeleceu mudanças e limites ao benefício fiscal do Perse. De acordo com a nova lei, o Perse resta mantido até dezembro de 2026, desde que não seja atingido o teto de gastos de R\$15 bilhões antes dessa data, entre outras condições para o usufruto do benefício. Pela nova lei as atividades econômicas da Companhia e de suas controladas ainda estão abrangidas pelo Perse, no entanto, para o primeiro trimestre de 2025, apenas as controladas no Brasil permaneciam no programa. Em março de 2025, a Receita Federal anunciou o

encerramento do PERSE a partir de abril de 2025. Em decorrência disso, os tributos federais anteriormente sujeitos à alíquota zero PIS, COFINS, IRPJ e CSLL passaram a ser exigidos nas alíquotas vigentes.

O Ato Declaratório Executivo (ADE) RFB nº 2, publicado em 24/03/2025, oficializou o encerramento dos benefícios fiscais do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE). A Receita Federal confirmou que o teto de R\$ 15 bilhões foi atingido em março de 2025, extinguindo a alíquota zero de PIS/COFINS a partir de abril de 2025.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

- a) Base de preparação e declaração de conformidade das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
- a) As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do Grupo foram preparadas de acordo com o IAS 34 - Informações Intermediárias, conforme emitido pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, conforme emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e estão sendo apresentadas nos termos dos referidos Pronunciamentos e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.
- b) As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações contábeis intermediárias. Dessa forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.
- c) A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.
- d) As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 (R2) utilizando o método indireto. As informações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional das operações da Companhia. Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.
- e) A emissão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada para divulgação em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 12 de maio de 2026 e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As informações contábeis trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025 e arquivadas na CVM em 25 de março de 2026 e devem ser lidas em conjunto.

Não houve novas normas ou pronunciamento, interpretação ou orientação, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2026 que tivesse impactos significativos para a Companhia, conforme mencionado na nota explicativa nº 5 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

b) Contas a receber de clientes

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado, reduzido de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise das perdas estimadas, quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se e (iv) histórico do cliente. A perda é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimentos de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas informações contábeis intermediárias

c) Custos antecipados

Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente para a realização de eventos, shows e espetáculos, sendo apropriados ao resultado à medida que os correspondentes eventos são realizados. A Administração revisa o valor contábil desses ativos com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não poderá ser recuperado.

d) Aquisições de controladas – ágio

As combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e pelos passivos incorridos pela empresa na data de aquisição para os antigos controladores da empresa adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

e) Redução do valor recuperável do ágio

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu as unidades geradoras de caixa e estas são submetidas anualmente a testes de perda do valor recuperável, ou, mais frequentemente, quando houver indicação de que a unidade possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade pelo critério “pro rata” com base no valor contábil de cada ativo. No caso de ativos com vida útil indefinida, quando uma perda do valor recuperável para ágio é reconhecida, essa perda não poderá ser revertida em um período subsequente. Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

f) Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa o valor contábil dos ativos de longa duração com o objetivo de avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de longa duração e medir o potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo sua possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados durante a vida remanescente estimada dos ativos. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é

determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de perda do valor recuperável ao menos anualmente e sempre que houver uma indicação de que o ativo possa ter perdido seu valor recuperável.

Caso o valor recuperável de um ativo seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida imediatamente no resultado.

g) Provisões

Reconhecidas apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas atividades. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

h) Adiantamento de clientes

Compreende o valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, cessão de espaço e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado à medida que as obrigações de performance sejam cumpridas.

i) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia.

O Grupo reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço e produto.

Baseada no modelo de cinco etapas da norma, a saber: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida, a Companhia analisou os contratos e identificou que as obrigações de desempenho satisfazem quando:

Receitas de serviços: As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria) são reconhecidas no momento da realização dos eventos.

As receitas de taxas de conveniência e entrega, que têm origem na venda dos ingressos via internet ou nos pontos de vendas, são registradas quando da efetiva prestação do serviço.

As receitas provenientes de contratos de patrocínios são reconhecidas quando do cumprimento e/ou da entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador nas mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Receitas de produtos: As vendas de alimentos, bebidas e “merchandising” são reconhecidas quando da transferência dos bens aos clientes.

j) **Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da Companhia e das demais controladas no Brasil são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas de encerramento dos balanços. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelo método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O IRPJ e a CSLL diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou, se o passivo for liquidado.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro, contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de IRPJ e CSLL diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

A Companhia, amparada pela lei e com a intenção de mitigar os efeitos da pandemia, em razão do PERSE, no período de 60 meses, contados do efeito da lei, tem as alíquotas do IRPJ e CSLL incidentes sobre as receitas das atividades de eventos reduzidas a zero até 31 de março de 2025 durante o período de vigência do benefício federal.

k) Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos balanços. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado a título de variação cambial.

l) Moeda funcional e de apresentação das informações contábeis intermediárias

Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas informações contábeis intermediárias consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). A moeda funcional da controladora e das controladas localizadas no Brasil é o Real. Para as controladas localizadas no exterior as moedas funcionais são: (i) Argentina: peso argentino; (ii) Chile: peso chileno; (iii) Peru: novo sol e (iv) Estados Unidos: dólar americano. As informações contábeis intermediárias das controladas localizadas no exterior são convertidas para o real, sendo a variação cambial decorrente de tais conversões registradas no patrimônio líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes" e reconhecida no resultado quando da realização desses investimentos. As informações contábeis intermediárias consolidadas são apresentadas em Reais.

Os resultados das operações e a posição financeira das controladas que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação, conforme segue:

i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos balanços.

Os itens monetários ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data de encerramento dos balanços.

Itens não monetários mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação.

ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal;

iii) Todas as diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado abrangente, na rubrica "Variação cambial na conversão de operações no exterior".

iv) Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária (IAS29) passou a ser requerida. A IAS 29 exige a divulgação dos resultados das operações da empresa na Argentina como se fossem altamente inflacionárias a partir de 1º de janeiro de 2018 (início do período em que se identifique a existência de hiperinflação).

m) Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmento é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pela Diretoria da Companhia.

n) Instrumentos financeiros**Instrumentos financeiros**

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais)
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Esta categoria é a mais relevante para a Companhia. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.

Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, ativos de contrato e outros créditos.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Esta categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivo ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

o) Consolidação

As informações contábeis intermediárias compreendem as informações contábeis do Grupo e suas controladas em 31 de março de 2026. O controle obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há a presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo

considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas informações contábeis intermediárias consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada.

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Nas informações contábeis intermediárias individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

p) Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

p.i) Grupo como arrendatário

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

p.ii) Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

p.iii) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os

pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados.

Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis às circunstâncias. A Companhia adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a mesma forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos; os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das políticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotaram as seguintes premissas que podem afetar as informações contábeis intermediárias:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento dos balanços e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente ao Conselho de Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas dos participantes do mercado. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros podem gerar mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, resultando em eventuais variações significativas no valor de mercado dos “swaps” e outros instrumentos financeiros em um curto período. O valor de mercado reconhecido nas informações contábeis intermediárias consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações nas datas de encerramento dos balanços.

c) Teste de redução do valor recuperável de ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de longa duração, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Anualmente, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de longa duração não será recuperável.

d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação (legal ou não formalizada) presente como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, podendo ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. As provisões são revistas periodicamente e ajustadas para refletir as melhores estimativas atuais, sendo revertidas quando não mais se espera uma saída de recursos.

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos (nota explicativa nº 20). Provisões são constituídas para todos os riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas informações contábeis intermediárias.

A Administração avalia periodicamente com suporte de seus assessores jurídicos internos e externos o risco atribuído a contratação de pessoas jurídicas e constituir provisão baseada no valor estimado da condenação, incluindo as verbas de vínculo empregatício, salários, encargos sociais e seus reflexos em férias, 13º, horas extras e benefícios concedidos aos trabalhadores, bem como honorários sucumbenciais, atualizações monetárias quando aplicável.

A Companhia mantém políticas internas e procedimentos de compliance trabalhista destinados a mitigar riscos relacionados à contratação de pessoas jurídicas, incluindo revisão periódica de contratos, orientações as áreas operacionais e monitoramento de decisões judiciais relevantes.

e) Reconhecimento de receita

Certos contratos de patrocínio preveem a entrega de serviços e/ou direitos contratuais, que são prestados em diferentes momentos durante a vigência dos contratos, os quais requerem que a Administração faça uma análise com relação à parcela de receita relativa a cada componente do contrato e seu adequado reconhecimento.

5. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

Para as seguintes normas ou alterações a Administração entende que não houve e nem haverá impactos significativos nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, a saber:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CBPS nº01: Divulgação de Informações financeiras relacionadas à sustentabilidade	IFRS S1 e S2	12/09/2024	01/01/2026	Trata dos requisitos e diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG). A Companhia e suas controladas estão atualmente avaliando o impacto que as novas normas terão na prática atual.
Pronunciamento Técnico CBPS nº01: Divulgação de Informações financeiras relacionadas à sustentabilidade.				
IFRS 18/CPC51: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	IFRS 18	09/04/2024	01/01/2027	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A Companhia e suas controladas não realizarão adoção antecipada da referida norma.
IFRS 9: Instrumentos financeiros e IFRS 7/NBC TG 40 (R3): Instrumentos financeiros divulgação	IFRS 9 e IFRS 7	30/05/2024	01/01/2026	O IASB traz esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros relacionados a ESG e desreconhecimento para liquidação dos passivos e ativos financeiros, além de introduzir requisitos de divulgação adicionais em relação a investimentos em instrumentos de patrimônio designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros com características contingentes. A Companhia e suas controladas não realizarão adoção antecipada da referida norma.

6. CONSOLIDAÇÃO

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, bem como os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas e nas controladas, destacadas as participações dos acionistas não controladores.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS



A consolidação abrange as informações contábeis intermediárias da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

Controladas diretas	Participação - %		Controladas indiretas	Participação - %	
	31/03/2026	31/12/2025		31/03/2026	31/12/2025
Time for Fun Mídia Ltda.	99,99	99,99	T4F Chile S.A.	100,00	100,00
T4F Metropolitan Empreendimentos S.A.	99,99	99,99	Tickets For Fun Chile S.A.	100,00	100,00
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	99,99	99,99			
T4F USA Inc.	100,00	100,00			
Promaser S.A.	100,00	100,00			
T4F Entretenimientos Peru S.A.C.	60,00	60,00			
Ticketek Argentina S.A.	100,00	100,00			
IT.ART Tecnologia Ltda.	60,00	60,00			
T4F Inmobiliaria S.A.U (i)	100,00	100,00			
T4F Holdings S.A.U ⁽ⁱ⁾	100,00	100,00			

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos, passivos e a receita líquida das controladas diretas em 31 de março de 2026 e em 31 de dezembro de 2025 e a receita líquida dos trimestres de 2026 e de 2025:

Controladas:	Total do Ativo	31/03/2026			31/12/25		31/03/2025
		Total do Passivo	Receita Líquida	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida	
Time for Fun Mídia Ltda	416	3.571	-	406	3.453	-	
T4F Metropolitan Empreendimentos S.A.	41.860	4534	484	56.125	18.223	-	
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	1.291	786	-	1.992	1.124	29	
Ticketek Argentina SA	66.570	60.512	11.871	47.537	40.762	-	
T4F USA Inc.	5.359	18	-	5.599	19	-	
Promaser S.A.	18.588	11.996	-	30.474	23.124	-	
T4F Entretenimientos Peru S.A.C.	3.105	14.947	-	3.394	15.661	-	
IT.ART Tecnologia Ltda.	23.034	9.307	1.828	27.876	12.794	1.968	
T4F Holdings S.A.U	50.027	6.966	-	56.661	11.703	-	
T4F Inmobiliaria S.A.U	3.159	728	164	2.880	652	-	

As controladas da Companhia têm os seguintes objetos sociais:

- Time for Fun Mídia Ltda. - tem como objetivo a locação, produção ou montagem de mídia exterior (outdoor) ou indoor, o agenciamento de propaganda e publicidade, execução, divulgação em veículos de imprensa falada, escrita e televisionada e marketing, promoção e programação de espetáculos e eventos artísticos, culturais e desportivos.
- T4F Metropolitan Empreendimentos S.A. - tem como objetivo a promoção, a organização e a execução de eventos artísticos e culturais, shows e espetáculos em geral.
- T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda. - tem como objetivo a comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos; o comércio de produtos alimentícios, bebidas em geral e mercadorias; a prestação de serviços de informatização de bilheterias; e a execução de serviços de produção, distribuição, comercialização e/ou intermediação de ingressos para quaisquer tipos de eventos de entretenimento em geral.
- Ticketek Argentina SA. - localizada na Argentina, tem por objetivo a promoção, produção, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos culturais, musicais, artísticos e esportivos em geral.
- T4F USA Inc. - localizada nos Estados Unidos, tem por objetivo a intermediação de shows internacionais.
- Promaser - localizada no Chile, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos.
- T4F Entretenimientos Peru S.A.C. - tem como objetivo principal a organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos musicais e artísticos em geral.
- IT.Art Tecnologia S.A ("INTI") - empresa de tecnologia com foco na negociação de ingressos para o setor de entretenimento e cultura.
- T4F Inmobiliaria S.A.U – localizada na Argentina, tem como objetivo principal a exploração de salas destinadas à realização de espetáculos públicos.
- T4F Holdings S.A.U – localizada na Argentina, tem como objetivo principal o investimento de capital em sociedades já constituídas ou a constituir, atualmente detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Chile S.A. (100%) e Tickets For Fun Chile S.A. (100%)

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
Caixa e bancos	579	492	19.919	7.450
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento de renda fixa ⁽ⁱ⁾	-	-	2.206	11.707
Certificado de Depósito Bancário - CDB ⁽ⁱⁱ⁾	16.255	20.440	25.466	33.011
Operação compromissada - DI ⁽ⁱⁱ⁾	6.294	4.040	14.840	19.272
Total	23.128	24.972	62.431	71.440

(i) Nas controladas do Chile, sobre a taxa média de 0,70% a 0,89% do MPR (Monetary Policy Rate – taxa de juros básicos do Banco Central Chileno) com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor. Nas controladas da Argentina, aplicações realizadas através de um agente de investimento em carteiras diversificadas.

(ii) CDBs e depósitos a prazo fixo com liquidez imediata e vencimento inferior ou igual a 1.800 dias, remunerados em ambos os períodos por taxas médias de 98% a 102% da variação do CDI (97% a 100% da variação do CDI em 31 de dezembro de 2025), mantidos em instituições financeiras no Brasil. Os CDBs são classificados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
Clientes faturados	3.605	2.692	10.249	6.425
Bilheteria ⁽ⁱ⁾	11.401	21.096	29.377	44.492
Total das contas a receber	15.006	23.788	39.626	50.917
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(262)	(262)	(2.863)	(2.900)
Total	14.744	23.526	36.763	48.017

(i) A rubrica bilheteria corresponde ao fluxo de recebíveis decorrentes das transações realizadas pelas vendas de ingressos.

b) A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
A vencer:	14.629	23.043	36.586	47.453
Vencidas:				
Até 30 dias	95	-	129	52
De 31 a 60 dias	20	-	31	6
De 61 a 90 dias	-	-	15	18
De 91 a 180 dias	-	-	35	37
Há mais de 180 dias	262	745	2.830	3.351
Total das contas a receber	15.006	23.788	39.626	50.917

Notas Explicativas

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS



- c) Perda esperada com créditos para redução das contas a receber de clientes ao valor recuperável.

A movimentação de perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Consolidado	
	31/03/26	31/12/25
Saldos inicial	2.900	3.462
(+) Adições	-	932
(-) Reversões e baixas ⁽ⁱ⁾	(37)	(1.211)
Variação cambial e monetária	-	(283)
Saldos final	2.863	2.900

- (i) Ocorreu uma baixa efetiva de perdas esperadas com créditos em controlada.

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
IRPJ/CSLL - antecipações	2.884	2.928	7.249	6.947
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	4.558	4.373	5.649	5.401
Programa de Integração Social - PIS	1.840	2.065	2.344	2.477
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS ⁽ⁱ⁾	11.102	12.134	13.376	13.856
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	3.675	4.008
Imposto sobre faturamento	-	-	3.228	2.255
Impostos federais a recuperar ⁽ⁱ⁾	20.010	20.520	21.057	21.490
Total	40.394	42.020	56.578	56.434
Circulante	28.471	30.097	44.655	44.511
Não Circulante	11.923	11.923	11.923	11.923

- (i) Refere-se substancialmente a imposto de renda retido na fonte sobre pagamento de cachês sobre eventos cancelados.

10. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
Eventos, shows e espetáculos contratados ⁽ⁱ⁾	1.835	1.381	6.391	7.400
Serviços profissionais	830	758	830	758
Outros	473	301	991	90
Total	3.138	2.440	8.212	8.248

- (i) A Companhia realizou antecipações financeiras a determinados clientes, produtores de eventos, que utilizam sua plataforma de vendas de ingressos ("ticketeira"), com o objetivo de viabilizar operações comerciais futuras. Tais antecipações estão garantidas através de contratos de exclusividade de intermediação de venda de ingressos na plataforma digital da Companhia, não caracterizando atuação da Companhia como produtora destes eventos. Adicionalmente, essas operações podem contar com outras garantias contratuais, inclusive apólices de seguro.

11. CUSTOS ANTECIPADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
Eventos, shows e espetáculos contratados	39	-	512	451
Seguros a apropriar	1.454	1.701	1.454	1.701
Outros	35	-	403	-
Total	1.528	1.701	2.369	2.152
Circulante	906	892	1.747	1.343
Não Circulante	622	809	622	809

12. PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém transações financeiras com partes relacionadas. Estas transações incluem a concessão e obtenção de financiamentos, entre outras operações econômicas.

De acordo com as regulamentações fiscais brasileiras, em especial a Lei nº 14.596/2023, a Companhia é requerida a estabelecer e documentar essas transações com base no princípio do "arm's length", assegurando que os preços e termos acordados sejam consistentes com aqueles que prevaleceriam entre partes independentes em transações similares.

Em 31 de março de 2026 e em 31 de dezembro de 2025, a Companhia manteve transações financeiras com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

12.1 Transações com empresas relacionadas

Controladora:	Categoria	31/03/2026			31/12/2025		
		Ativo Total	Passivo Total	(Despesa) Receita	Ativo Total	Passivo Total	(Despesa) Receita
CIE Internacional S.A. de C.V.	Acionista	8.366	-	-	8.366	-	-
T4F Metropolitan Empreendimentos S.A	Controlada	-	29.835	-	-	29.494	-
T4F Chile S.A.	Controlada indireta	1.233	27.856	(3.679)	1.300	30.377	(2.918)
Promaser S.A.	Controlada indireta	331	10.571	71	331	11.016	-
T4F Entrenimientos Argentina S.A.	Controlada	-	-	-	-	-	(24)
T4F Inversiones S.A.	Controlada	-	-	-	-	-	310
Ticketek Argentina SA.	Controlada	2.239	20.402	987	2.295	12.493	-
T4F USA Inc.	Controlada	-	5.206	(404)	-	5.438	(368)
T4F Entrenimientos Peru S.A.C	Controlada	10.326	1.240	772	10.762	1.357	636
ITART Tecnologia Ltda.	Controlada	198	113	(97)	646	662	(112)
T4F Inmobiliaria S.A.U	Controlada	-	167	(19)	-	159	-
T4F Holdings S.A.U	Controlada	3.594	167	(19)	3.788	159	-
Total		26.287	95.557	(2.388)	27.488	91.155	(2.476)
Circulante		-	-	-	-	-	-
Não Circulante		26.287	95.557	(2.388)	27.488	91.155	(2.476)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS



Consolidado:	Categoria	31/03/2026		31/12/2025		31/03/2025	
		Ativo não circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	(Despesa) Receita
CIE Internacional S.A. de C.V.(i)	Acionista	8.401	-	8.403	-	-	-
Total		8.401	-	8.403	-		

(i) A Companhia e suas controladas mantêm, com seus acionistas minoritários CIE Internacional S.A. e com o atual acionista controlador, contratos em que estes se responsabilizam por contingências de qualquer natureza, relativas a fatos ocorridos entre 1º de dezembro de 2000 e 14 de maio de 2007. Desta forma, quando eventuais pagamentos de processos deste período ocorrem, tais valores são acrescidos a estes saldos.

(ii) Em 14 de dezembro de 2009, a Companhia celebrou empréstimo, na forma de contrato de mútuo, com a controlada T4F Chile S.A., no montante de US\$ 8.000 (R\$ 14.320). Após amortizações de US\$ 1.000 (R\$ 1.979) em maio de 2012 e de US\$ 1.500 (R\$ 3.044) em outubro de 2012, o valor do montante passou a ser US\$ 5.500 (R\$ 9.297). O empréstimo foi atualizado anualmente pela taxa LIBOR até julho de 2023 quando esse indexador foi descontinuado. Desde então o empréstimo vem sendo atualizado pela taxa SOFR (Secured Overnight Financing Rate) e por juros de 1%. Em 31 de março de 2026 o montante atualizado convertido para reais é de R\$ 27.720 (R\$ 30.263 em 31 de dezembro de 2025). A Companhia possui outros valores a receber referentes a faturas passíveis de ressarcimento no montante de US\$ 236, convertidos para reais em 31 de março de 2026 no valor de R\$ 1.233 (R\$ 1.300 em 31 de dezembro de 2025).

(iii) Representa principalmente o valor a pagar do contrato de mútuo assinado em junho de 2016, entre a Companhia e a controlada T4F USA S.A., no montante de US\$ 700. Após amortizações de US\$ 40 em agosto de 2017 e de US\$ 15 em maio de 2022, o valor do montante passou a ser US\$ 645. O empréstimo foi atualizado anualmente pela taxa LIBOR até julho de 2023 quando esse indexador foi descontinuado. Desde então o empréstimo vem sendo atualizado pela taxa SOFR e por juros de 2%. Em 31 de março de 2026 o montante atualizado convertido para reais é de R\$ 5.206 (R\$ 5.233 em 31 de dezembro de 2025). A Companhia possui outros valores a pagar referentes a faturas passíveis de ressarcimento no montante de US\$ 37, convertidos para reais em 31 de março de 2026 no valor de R\$ 195 (R\$ 205 em 31 de dezembro de 2025).

(iv) Representa principalmente o valor a receber do contrato de mútuo entre a Companhia e a controlada T4F Entretenimientos Peru S.A.C assinado em junho de 2016 no montante de US\$ 2.200 atualizado anualmente por juros de 7,6%. Após amortização em outubro de 2016, o montante passou a ser de US\$ 639. Em abril de 2017, a Companhia assinou contrato no montante de US\$ 800 mil. O empréstimo foi atualizado anualmente pela taxa LIBOR até julho de 2023 quando esse indexador foi descontinuado. Desde então o empréstimo vem sendo atualizado pela taxa SOFR e por juros de 3%. Após amortização em julho do mesmo ano o montante passou a ser de US\$ 550. Em 31 de março de 2026 os montantes atualizados convertidos para reais são de R\$ 10.326 (R\$ 10.763 em 31 de dezembro de 2025). A Companhia possui outros valores a pagar referentes a acordos firmados entre as partes no montante de S/. 829 (soles), convertidos para reais em 31 de março de 2026 no valor de R\$ 1.240 (R\$ 1.357 em 31 de dezembro de 2025).

(v) Refere-se a valores que a controlada recebeu da controladora para custos de operação.

(vi) Representa principalmente o valor a receber dos contratos assinados entre a Companhia e a controlada T4F Entretenimientos Argentina S.A. em setembro, outubro e novembro de 2018, no montante de US\$ 4.500. Após amortizações de US\$ 76 em abril de 2019 e de US\$ 331 em agosto de 2020, o valor do montante passou a ser de US\$ 792. O empréstimo foi atualizado anualmente pela taxa LIBOR até julho de 2023 quando esse indexador foi descontinuado. Desde então o empréstimo vem sendo atualizado pela taxa SOFR e por juros de 2,4%. No segundo trimestre de 2025, houve reorganização societária nas controladas diretas e indiretas e dessa forma os saldos e parte do mútuo foi transferido para a controlada Ticketek Argentina S.A e T4F Holdings S.A.U. O saldo remanescente do contrato na controlada Ticketek Argentina SA em 31 de março de 2026 é de US\$ 364 convertidos para reais no valor de R\$ 2.239 (R\$ 2.295 em 31 de dezembro de 2025). A Companhia possui outros valores a pagar referentes a faturas passíveis de ressarcimento no montante de US\$ 247, convertidos para reais em 31 de março de 2026 no valor de R\$ 1.289 (R\$ 1.359 em 31 de dezembro de 2025).

Notas Explicativas

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS



Os demais saldos referem-se a transferências mútuas entre as partes relacionadas para pagamento de despesas não sujeitas a encargos financeiros nem prazo determinado de vencimento.

12.2 Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores da Companhia está assim composta:

Controladora	31/03/2026			31/03/2025		
	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total
<u>Remuneração</u>						
Conselho de Administração	210	-	210	180	-	180
Conselho Fiscal	24	-	24	36	-	36
Diretores estatutários	135	-	135	135	-	135
Total	369	-	369	351	-	351

Consolidado	31/03/2026			31/03/2025		
	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total
<u>Remuneração</u>						
Conselho de Administração	210	-	210	180	-	180
Conselho Fiscal	47	-	47	59	-	59
Diretores estatutários	375	-	375	526	-	526
Total	632	-	632	765	-	765

Os administradores não recebem: (i) benefícios pós-emprego; (ii) outros benefícios de longo prazo e (iii) benefícios de rescisão de contrato de administração.

13. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a) Informações das controladas

31 de março de 2026

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Participação %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
Time for Fun Mídia Ltda.	(3.155)	(107)	99,99	(107)	(3.155)	-
T4F Metropolitan Empreendimentos S.A.	37.326	(576)	99,99	(576)	-	37.326
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	505	(364)	99,99	(364)	-	505
IT.ART Tecnologia Ltda.	13.727	(1.355)	60,00	(813)	-	8.236
Ticketek Argentina SA.	6.058	(1.303)	98,29	(1.304)	-	6.058
Promaser S.A.	6.592	(185)	100,00	(186)	-	6.592
T4F USA Inc.	5.341	48	100,00	48	-	5.341
T4F Entretenimientos Peru S.A.C.	(11.842)	(628)	60,00	(377)	(7.105)	-
T4F Holdings S.A.U	43.061	(1.681)	100,00	(1.681)	-	43.061
T4F Inmobiliaria S.A.U	2.431	(11)	100,00	11	-	2.431
Total				(5.349)	(10.260)	109.550

Notas Explicativas

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS



31 de dezembro de 2025

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Participação %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
Time for Fun Mídia Ltda.	(3.047)	(409)	99,99	(409)	(3.047)	-
T4F Metropolitan Empreendimentos S.A.	37.902	6.702	99,99	6.702	-	37.902
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	869	809	99,99	809	-	869
IT.ART Tecnologia Ltda.	15.082	(1.412)	60,00	(847)	-	9.049
Ticketek Argentina SA.	6.775	2.586	98,29	3.740	-	6.775
T4F Entretenimiento Chile SpA.	-	(76)	100,00	(76)	-	-
Promaser S.A.	7.351	(1.740)	100,00	(1.741)	-	7.351
T4F USA Inc.	5.580	221	100,00	221	-	5.580
T4F Entretenimientos Peru S.A.C.	(12.268)	(3.953)	60,00	(2.372)	(7.361)	-
T4F Holdings S.A.U	44.957	(28.828)	100,00	(34.959)	-	44.957
T4F Inmobiliaria S.A.U	2.228	(18)	100,00	(18)	-	2.228
Total				(28.950)	(10.408)	114.711

b) Movimentação da rubrica "Investimentos em controladas" e "Provisão para perdas em investimentos em controladas" em 31 de março de 2026 e de 2025.

	Controladora	Controladora
	31/03/26	31/03/25
Saldo inicial do investimento líquido	104.303	115.304
Equivalência patrimonial	(5.349)	(28.950)
Variação cambial na conversão de investimentos no exterior	336	21.511
Dividendos a receber de controladas	-	(3.918)
Aquisição de investimento ⁽ⁱ⁾	-	356
Saldo final do investimento líquido	99.290	104.303
Provisão para perdas em investimentos em controladas	10.260	10.408
Saldo final do investimento	109.550	114.711

(i) Constituição das empresas argentinas T4F Inmobiliaria S.A.U e a T4F Holdings S.A.U.

c) Ágio na aquisição de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
T4F Metropolitan Empreendimentos S.A.	36.269	36.269	36.269	36.269
Perdas por redução ao valor recuperável	(17.268)	(17.268)	(17.268)	(17.268)
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A. ⁽ⁱ⁾	83.205	83.205	83.205	83.205
Perdas por redução ao valor recuperável.	(48.470)	(48.470)	(48.470)	(48.470)
IT.ART Tecnologia Ltda.	4.744	4.744	4.744	4.744
Total	58.480	58.480	58.480	58.480

(i) Em abril de 2025, foram realizadas reestruturações societárias envolvendo as controladas da T4F Entretenimento S.A., vide nota explicativa 6.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS



O valor recuperável de uma UGC (unidade geradora de caixa) é determinado com base em cálculos do valor em uso, em função das projeções de fluxo de caixa antes do imposto de renda e da contribuição social, embasados em orçamentos operacionais aprovados pela administração para um período de cinco anos, além de expectativas de mercado disponibilizadas por fontes públicas reconhecidas e consideradas confiáveis.

14. IMOBILIZADO, OUTROS INTANGÍVEIS E BENS DE DIREITO DE USO

a) Informações das controladas

i) Composição do imobilizado

Custo	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
Terrenos	-	-	2.701	2.477
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	24.678	24.678	57.814	55.064
Móveis e utensílios	1.985	1.977	2.251	2.217
Máquinas e equipamentos	4.449	4.449	4.947	4.934
Equipamentos de processamento de dados	2.792	2.786	6.389	6.202
Estruturas	152	152	152	152
Veículos	442	442	442	442
Total	34.498	34.484	74.696	71.488

		Controladora		Consolidado	
		31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
Taxa média anual de depreciação e amortização - %					
Depreciação acumulada					
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	17	(23.986)	(23.940)	(55.337)	(52.620)
Móveis e utensílios	10	(1.766)	(1.754)	(1.999)	(1.981)
Máquinas e equipamentos	9	(3.882)	(3.852)	(4.280)	(4.231)
Equipamentos de processamento de dados	19	(2.564)	(2.547)	(5.660)	(5.444)
Estruturas	23	(152)	(152)	(152)	(152)
Veículos	20	(442)	(442)	(442)	(442)
Total		(32.792)	(32.687)	(67.870)	(64.870)

Imobilizado líquido	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
Terrenos	-	-	2.701	2.477
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	692	738	2.477	2.444
Móveis e utensílios	219	223	252	237
Máquinas e equipamentos	567	597	668	703
Equipamentos de processamento de dados	228	239	728	758
Total	1.706	1.797	6.826	6.619

Notas Explicativas

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS



ii) Movimentação do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
Saldo inicial	1.797	2.264	6.619	7.828
Adições:				
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedade de terceiros	-	-	51	207
Móveis e utensílios	8	-	28	14
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-
Equipamentos de processamento de dados	13	6	40	323
Total de adições	21	6	119	544
Baixas líquidas	-	(9)	-	(9)
Depreciação	(112)	(464)	(203)	(1.485)
Efeitos de variação cambial e monetária	-	-	291	(259)
Total	(112)	(473)	88	(1.753)
Saldo final	1.706	1.797	6.826	6.619

b) Imobilizado reavaliado

i) Composição do imobilizado reavaliado

Controladora e consolidado:	31/03/26			31/12/25
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	8.039	(8.039)	-	-
Móveis e utensílios	240	(239)	1	1
Máquinas e equipamentos	627	(479)	148	152
Equipamentos de processamento de dados	85	(74)	11	11
Equipamentos Aurolights - incorporação	58	(58)	-	-
	9.049	(8.889)	160	164
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(55)	(57)
Reserva de reavaliação remanescente no patrimônio líquido			105	109

Notas Explicativas

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS



c) Imobilizado reavaliado

i) Composição dos intangíveis

Representa substancialmente as licenças de uso de software e direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais, conforme segue:

		Controladora		Consolidado	
		31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
Custo	Taxa média anual de amortização - %				
Marcas, direitos e patentes		1.640	1.640	5.330	5.268
Software		11.054	11.054	19.717	18.801
Outros intangíveis		5.101	5.101	5.176	5.182
Amortização					
Marcas, direitos e patentes	Indefinida	-	-	(3.603)	(3.544)
Software	20	(9.934)	(9.667)	(15.516)	(14.582)
Outros intangíveis	11	(5.030)	(5.020)	(5.084)	(5.079)
Total		2.831	3.108	6.020	6.046

ii) Movimentação dos intangíveis

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
Saldo inicial	3.108	4.143	6.046	7.024
Adições:				
Marcas, direitos e patentes	-	-	125	66
Software	-	279	389	1.591
Intangível em andamento	-	(161)	-	(161)
Total de adições	-	118	514	1.496
Amortização ⁽ⁱ⁾	(277)	(1.153)	(675)	(2.285)
Efeitos de variação cambial e monetária	-	-	135	(189)
	(277)	(1.153)	(540)	(2.474)
Saldo final	2.831	3.108	6.020	6.046

(i) A amortização é contabilizada como custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos (nota explicativa nº 23.b).

Notas Explicativas

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS



d) Bens de direito de uso

i) Composição dos bens de direito de uso

		Controladora		Consolidado	
		31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
Taxa média anual de depreciação e amortização - %					
Custo		18.862	18.862	18.862	18.862
Amortização	21	(10.505)	(9.754)	(10.505)	(9.754)
Total ⁽ⁱ⁾		8.357	9.108	8.357	9.108

(i) Representa substancialmente os contratos de locação de imóveis.

(ii) Composição dos bens de direito de uso

		Controladora		Consolidado	
		31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
Saldo inicial		9.108	11.403	9.108	11.403
Remensuração ⁽ⁱ⁾		-	722	-	721
Amortização		(751)	(3.017)	(751)	(3.016)
Saldo final		8.357	9.108	8.357	9.108

(i) Refere-se a atualização anual dos contratos de locação de imóveis.

15. FORNECEDORES

		Controladora		Consolidado	
		31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
Fornecedores nacionais ⁽ⁱ⁾		5.773	2.323	31.581	25.406
Fornecedores estrangeiros		4	-	4	286
Obrigações com clientes ⁽ⁱⁱ⁾		3.475	3.759	16.914	13.340
Provisões de Custos e Despesas ⁽ⁱⁱⁱ⁾		14.890	12.389	18.214	21.389
Total		24.142	18.471	66.713	60.421

- (i) Os fornecedores referem-se a obrigações da Companhia com prestadores de serviços e parceiros comerciais que decorrem do curso normal das atividades da Companhia.
- (ii) Contemplam valores de vendas de ingressos de terceiros que serão repassados a produtores dos eventos baseados em contrato entre as partes.
- (iii) Provisões referentes a serviços já contratados, bem como provisões baseadas em remuneração variável de artistas, calculadas de acordo com o desempenho financeiro do evento.

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Modalidade	Taxa média anual de juros	Controladora		Consolidado	
		31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
Empréstimo em moeda estrangeira	7,48%	24.629	38.953	24.629	38.953
Total do passivo circulante		24.629	38.953	24.629	38.953
Parcela do passivo circulante		24.629	38.953	24.629	38.953

Os vencimentos das parcelas dos empréstimos ocorrerão em 2026.

A seguir, a movimentação do montante envolvido:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
Saldo inicial	38.953	76.057	38.953	76.057
Adições	-	54.000	-	54.000
Pagamentos de principal	(12.173)	(80.649)	(12.173)	(80.649)
Pagamentos Juros	(567)	(5.730)	(567)	(5.730)
Apropriação Juros	461	2.510	461	2.510
Variação cambial líquida	(2.045)	(7.235)	(2.045)	(7.235)
Saldo final	24.629	38.953	24.629	38.953

a) Empréstimos em moeda estrangeira

Em 14 de maio de 2024, a Companhia contratou um empréstimo no montante de US\$11.789 convertidos para reais totalizando R\$60.000, com vencimento previsto para 272 dias a partir da data do desembolso. O contrato de SWAP possui indexador de 6,528%. Este empréstimo foi quitado em 10/02/2025, na mesma data foi aberto um novo empréstimo no valor US\$ 9.359 convertidos para reais totalizando R\$ 54.000, com taxa fixa de 7,153% a.a., considerando pagamento do principal em 4 parcelas trimestrais, com carência de 6 meses e juros pagos trimestralmente, contados da data do desembolso. O contrato de SWAP possui indexador de 7,9929%.

O saldo passivo com instrumentos financeiros derivativos em 31 de março de 2026 foi de R\$ 3.141 (Saldo passivo de R\$ 2.630 em 31 de dezembro de 2025).

A Companhia informa que não possui *covenants* relacionados aos seus empréstimos, ou seja, não há cláusulas contratuais que imponham restrições ou obrigações específicas em relação a esses financiamentos.

b) Movimentação instrumentos financeiros derivativos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
Saldo inicial	(2.630)	11.913	(2.630)	11.913
Ganhos em operação swap	-	4.083	-	4.083
Perdas em operação swap	(2.830)	(17.004)	(2.830)	(17.004)
Ganho bruto de Swap na Liquidação	-	(6.596)	-	(6.596)
Perda bruto de Swap na Liquidação	2.319	4.974	2.319	4.974
Saldo final	(3.141)	(2.630)	(3.141)	(2.630)

A Companhia detém operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas para fins de gestão de riscos. Esses instrumentos são mensurados ao valor justo, determinado por modelos financeiros que utilizam informações observáveis de mercado, como taxas de câmbio e curvas de juros.

De acordo com o CPC 46, esses derivativos são classificados no Nível 2 da hierarquia do valor justo, por utilizarem dados observáveis, porém não cotados em mercado ativo.

17. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Modalidade	Taxa média anual de juros	Controladora		Consolidado	
		31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
Passivo de arrendamento	CDI + 1,63%	10.329	11.007	10.329	11.007
Parcela do passivo circulante		2.467	2.566	2.467	2.566
Parcela do passivo não circulante		7.862	8.441	7.862	8.441

Os vencimentos dos contratos ocorrerão em 2026 e 2029

A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
Saldo inicial em 1º de janeiro	11.007	13.132	11.007	13.132
Juros do período	366	1.676	366	1.676
Contraprestação paga	(1.044)	(4.521)	(1.044)	(4.521)
Ajuste por remensuração ⁽ⁱ⁾	-	720	-	720
Saldo final	10.329	11.007	10.329	11.007

(i) Refere-se a atualização anual dos contratos de locação de imóveis.

(ii) Refere-se ao cancelamento do contrato anterior da locação da casa de espetáculo de São Paulo.

Conforme exigência no CPC 06 (R2), a Companhia apresenta no quadro abaixo a análise de maturidade de seus contratos, prestações não descontadas, conciliadas com saldo em 31 de março de 2026:

Vencimento das prestações	Controladora	Consolidado
2026	2.859	2.859
2027	3.452	3.452
2028	3.452	3.452
2029	3.451	3.451
Valores não descontados	13.214	13.214
Juros embutidos	(2.885)	(2.885)
Saldo do passivo de arrendamento	10.329	10.329

Abaixo é apresentado o indicativo do direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	Nominal	Ajustado valor Presente
Contraprestação do arrendamento	13.214	10.329
PIS/COFINS potencial (9,25%)	1.222	955

18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
COFINS a recolher	140	151	746	725
PIS a recolher	27	18	134	119
Imposto Sobre Serviços - ISS	171	171	248	288
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	4.135	4.755
Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) ⁽ⁱ⁾	5.131	4.740	5.131	4.745
IVA - imposto de valor agregado	-	-	565	224
ICMS a recolher - faturamento	-	-	-	7
INSS de terceiros a recolher	224	224	224	268
Outros	25	21	714	1.101
Passivo circulante	5.718	5.325	11.897	12.232
Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) ⁽ⁱ⁾	12.117	11.810	12.547	12.195
Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - Perse ⁽ⁱⁱ⁾	6.063	7.550	6.063	7.550
Passivo não circulante	18.180	19.360	18.610	19.745

- (i) Parcelamentos de débitos tributários: em 8 de julho de 2011, a Prefeitura do Município de São Paulo publicou a Lei nº 15.406, a qual, entre outras alterações, trouxe a reabertura do prazo para o ingresso no Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei nº 14.129 de 2006, nos termos que especifica um parcelamento de débitos tributários.

Conforme regras definidas, a Companhia, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em dezembro 2021 para certos débitos que até então vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial e cuja probabilidade de perda era considerada como possível. A consolidação destes parcelamentos foi concretizada em 17 de dezembro de 2021 sendo que, nesta data, a Companhia desistiu definitivamente das discussões cujos tributos foram objeto de pleito de parcelamento, negociado para pagamento em 120 meses.

- (ii) Em maio de 2021 foi publicada a Lei n.º 14.148/2021, a qual estabeleceu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos – Perse, que reuniu um conjunto de medidas adotadas com o objetivo de estimular a regularização fiscal relativa aos débitos inscritos em dívida ativa da União em face de contribuintes que integram o Setor de Eventos, permitindo a retomada da atividade produtiva em razão dos efeitos da pandemia de Covid-19. A adesão à negociação foi concretizada em 03 de agosto de 2021, para pagamento do débito de R\$ 4,2 milhões em 145 meses, sendo que o valor das parcelas será acrescido de juros equivalentes à taxa SELIC apurada mensalmente.

19. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/12/2025	31/03/26	31/12/25
Patrocínios ⁽ⁱ⁾	850	814	850	814
Vendas antecipadas de ingressos ⁽ⁱⁱⁱ⁾	7.747	18.397	10.872	18.401
Total	8.597	19.211	11.722	19.215

- (i) Patrocínios: os contratos têm como objetivo o cumprimento e entrega de determinadas obrigações, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador nas mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.
- (ii) Eventos privados: tais contratos têm como objetivo a cessão, dos direitos de uso de parte das dependências de casas de espetáculos e eventos externos, para fins de produção e realização de eventos privados, em datas determinadas.
- (iii) Vendas antecipadas de ingressos: referem-se a vendas antecipadas de ingressos, recebidas em espécie ou em cartão de crédito, dos eventos, shows e espetáculos promovidos e organizados pela Companhia e por suas controladas. Em dezembro de 2025, o saldo incluía valores referentes às vendas antecipadas de ingressos da turnê Nordeste da artista Marisa Monte, e a respectiva receita foi reconhecida em março de 2026, após a realização dos eventos. .

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em contingências que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. A Administração adota o critério de registrar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas com base nas avaliações de risco de perda provável.

Composição dos valores provisionados para os questionamentos judiciais com probabilidade de perda provável:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/12/2025	31/03/26	31/12/2025
Trabalhistas	4.845	4.519	21.350	21.111
Cíveis	21.970	22.841	25.956	26.779
Tributários	18.331	18.065	18.331	18.065
Total	45.146	45.425	65.637	65.955

20.1 Processos tributários com probabilidade de perda possível

Em 31 de março de 2026, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos tributários classificados como probabilidade de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$30.942 (R\$119.781 em 31 de dezembro de 2025).

Entre os processos tributários com probabilidade de perda possível que representavam questionamentos ou discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

- a) Em dezembro de 2009, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à: (i) glosa de encargos de depreciação e amortização do ano-calendário 2004; (ii) imposição de multa isolada de 50% sobre diferenças apuradas entre

os valores escriturados a título de estimativas mensais de IRPJ e CSLL nos anos 2006 e 2007 e os montantes informados em Declaração de Contribuições e Tributos Federais; e (iii) insuficiência de recolhimento de IRPJ e CSLL no ano 2005. Foi dado provimento parcial ao recurso voluntário interposto pela Companhia, sendo mantida a autuação no que toca à glosa de despesas. Em 31 de dezembro de 2025, o valor atualizado do débito classificado como perda possível é de R\$6.747 (R\$6.640 em 31 de dezembro de 2025).

- b) Em julho de 2020, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL para os anos de 2015 a 2017, relativos à: (i) desconsideração das amortizações referentes ao ágio registrado em 14/07/2007, na operação de incorporação de empresa; (ii) imposição de multas isoladas de 50%, decorrentes da insuficiência dos pagamentos mensais de IRPJ e CSLL, em razão da exclusão mensal das parcelas de amortização do ágio; e (iii) imposição de multas qualificadas de 150% sobre os valores de IRPJ e CSLL autuados. A Receita Federal do Brasil fundamenta o auto de infração encaminhado à Companhia, em síntese, em uma suposta diminuição indevida das bases de cálculo dos referidos tributos pela exclusão do ágio nas bases tributárias. Os valores somam R\$47.168 em imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ) e R\$33.118 em contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). A Companhia afirma seu entendimento de que o ágio foi constituído de forma regular e em conformidade com legislação fiscal vigente à época. Em agosto de 2024, houve julgamento no CARF que, por maioria de votos, afastou a glosa de ágio, e por unanimidade de votos, afastou a multa qualificada e a responsabilidade dos responsáveis solidários. Em novembro de 2025 a receita federal apresentou o relatório fiscal mantendo apenas as multas isoladas. Aguarda-se o julgamento no CARF dos Embargos de Declaração opostos pela Companhia e outros autuados. A opinião dos assessores jurídicos sobre estes autos é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2025, o valor atualizado do débito classificado como perda possível é de R\$89.303. Em 31 de março de 2026 a opinião dos assessores jurídicos sobre os autos é de que a probabilidade de perda é remota.

20.2. Processos trabalhistas com probabilidade de perda possível

Em 31 de março de 2026, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi considerada possível, no valor de R\$3.905 (R\$ 3.998 em 31 de dezembro de 2025).

20.3 Processos cíveis com probabilidade de perda possível

Em 31 de março de 2026, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos cíveis classificados como perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$79.067 (R\$83.426 em 31 de dezembro de 2025).

Entre os processos cíveis com probabilidade de perda possível que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

- a) A Prefeitura Municipal de São Paulo propôs Ação Civil Pública na qual se pretende a responsabilização de diversos réus por supostas irregularidades na gestão e administração de bem público, qual seja, o Estádio do Pacaembu. No que concerne à Companhia, a autora alega ter havido benefício supostamente indevido pela concessão de isenção do pagamento de preço público, quando da utilização de referido estádio para realização do show da banda "Iron Maiden", ocorrido em janeiro de 2004 em comemoração ao aniversário da cidade de São Paulo. Em 31 de março de 2026 o valor em discussão é de R\$3.616 (R\$3.567 em 31 de dezembro de 2025). De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.
- b) A Companhia figura no polo passivo de Ação de Cobrança movida pela Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo (CET), em que pleiteia os custos operacionais dispendidos para a operacionalização e minoração dos impactos do tráfego de grandes eventos realizados pela Companhia entre 2006 e 2016. Atualmente aguarda-se a liquidação de sentença para apuração dos valores devidos pela Companhia. Os valores envolvidos ainda em litígio totalizam R\$28.126 (R\$27.914 em 31 de dezembro de 2025), sendo classificado com probabilidade de perda provável no valor de R\$16.053, e com probabilidade de perda possível no importe de R\$12.073, para 31 de março de 2026.

- c) A Companhia figura no polo passivo de Ação de Cobrança movida pela Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), em que pleiteia os custos operacionais dispendidos para a operacionalização e minoração dos impactos do tráfego centenas de eventos de menor impacto, realizados pela Companhia entre 2006 e 2016. O processo está em fase de instrução em primeira instância. O valor estimado em 31 de março de 2026 é de aproximadamente R\$15.414(R\$15.173 em 31 de dezembro de 2025) e, de acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.
- d) A Companhia recebeu, em 29 de abril de 2024, Notificação sobre Instauração de Arbitragem da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP, informando sobre o requerimento de instituição de procedimento arbitral. Caso a Companhia não prevaleça na arbitragem, as consequências incluem a dissolução parcial de uma de suas controladas e o pagamento de valores aos requerentes após apuração de haveres. O valor atribuído à causa é de R\$20.000 e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda é possível.
- e) A Companhia requereu, em 1º de abril de 2025, a Instauração de Arbitragem perante a Corte Internacional de Arbitragem – CCI, com valor estimado de R\$4.800. A parte requerida formulou pedidos contrapostos, com valores estimados em R\$12.928. Caso a Companhia não prevaleça na arbitragem, as consequências incluem o pagamento de valores à requerida. O valor atribuído à causa pelas Partes é de R\$17.728 e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda é possível.

A Companhia tem como garantias de alguns processos depósitos judiciais que, em 31 de março de 2026, estão registrados no balanço patrimonial, em rubrica específica nos montantes de R\$ 4.157 e R\$ 4.888 na controladora e consolidado respectivamente (R\$ 4.082 e R\$ 4.38 em 31 de dezembro de 2025).

20.4 Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

Controladora	31/12/25	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualizaçã o monetária	31/03/26
Trabalhistas	4.519	192	(3)	137	4.845
Cíveis	22.841	(1.052)	-	181	21.970
Tributário	18.065	9	(9)	266	18.331
Total	45.425	(851)	(12)	584	45.146

Controladora	31/12/24	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	31/03/25
Trabalhistas	3.224	90	-	93	3.407
Cíveis	22.627	1.133	(1.139)	530	23.151
Tributário	454	70	-	4	528
Total	26.305	1.293	(1.139)	627	27.086

Consolidado	31/12/25	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	Efeitos de variação cambial	31/03/26
Trabalhistas	21.111	83	(55)	188	23	21.350
Cíveis	26.779	(1.122)	-	301	(2)	25.956
Tributário	18.065	9	(9)	266	-	18.331
Total	65.955	(1.030)	(64)	755	21	65.637

Consolidado	31/12/24	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	Efeitos de variação cambial	31/03/25
Trabalhistas	10.146	(8)	(169)	118	627	10.714
Cíveis	27.124	678	(1.139)	625	(22)	27.266
Tributário	465	70	-	4	-	539
Total	37.735	740	(1.308)	747	605	38.519

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 10 de agosto de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o cancelamento de 88.036 ações ordinárias mantidas em tesouraria, sem valor nominal, de emissão da Companhia, sem redução do capital social, na forma do artigo 14 da Instrução CVM nº 10/80. Em razão do cancelamento ora deliberado o capital social da Companhia passou a ser dividido em 67.412.629 ações ordinárias. Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 o capital social da Companhia é de R\$ 243.022 representado por 67.412.629 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Política de distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de, no mínimo, 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com as normas previstas no estatuto social. Em 31 de março de 2026 não houve distribuição de dividendos.

c) Reserva legal

De acordo com a legislação vigente, a reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do período quando ocorrência de lucros acumulados.

d) Reserva de retenção de lucros/prejuízos acumulados

Foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos e compensação de prejuízos.

e) Resultados abrangentes

Refere-se ao ajuste de variação cambial na conversão de informações contábeis intermediárias das controladas no exterior.

22. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/03/25	31/03/26	31/03/25
Receita Bruta de Serviços	21.540	3.581	36.688	24.712
Receita Bruta de Produtos	-	-	-	30
Total da Receita bruta	21.540	3.581	36.688	24.742
Deduções e impostos incidentes	(2.625)	(445)	(3.523)	(1.790)
Receita líquida	18.915	3.136	33.165	22.952

Notas Explicativas

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS



23. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

a) Custo por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/03/25	31/03/26	31/03/25
Cachês, direitos autorais e agenciamento de shows	(2.753)	(86)	(2.327)	(86)
Transportes e locações	(4.106)	(65)	(4.943)	(241)
Serviços de terceiros	(1.449)	(443)	(10.592)	(6.161)
Viagens e locomoção	(685)	(25)	(772)	(120)
Utilidades e facilidades	(624)	(198)	(659)	(206)
Mídia e publicidade	(199)	(130)	(258)	(211)
Depreciação e amortização	(1.068)	(1.150)	(1.318)	(1.499)
Custos com pessoal	(230)	(551)	(1.198)	(2.434)
Custos de produção	(1.575)	(451)	(2.829)	(7.992)
Total	(12.689)	(3.099)	(24.896)	(18.950)

b) Despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/03/25	31/03/26	31/03/25
Despesas com pessoal	(1.891)	(2.035)	(3.653)	(4.189)
Serviços de terceiros	(4.880)	(2.389)	(5.688)	(3.522)
Utilidades e facilidades	(914)	(1.128)	(1.167)	(1.384)
Depreciação e amortização	-	-	(333)	-
Reversão (constituição) de perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	37	-
Outras despesas	(35)	(42)	(908)	(678)
Total	(7.720)	(5.594)	(11.712)	(9.773)
Vendas	-	(3)	(597)	(264)
Gerais e administrativas	(7.351)	(5.240)	(10.483)	(8.744)
Remuneração dos administradores	(369)	(351)	(632)	(765)
Total das despesas por natureza	(7.720)	(5.594)	(11.712)	(9.773)

24. DESPESAS COM PESSOAL

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/03/25	31/03/26	31/03/25
Salários e bonificações	(1.177)	(1.428)	(2.926)	(4.157)
Despesa de férias	(96)	(143)	(122)	(207)
Despesa de 13º salário	(73)	(97)	(173)	(223)
Encargos sociais	(417)	(581)	(928)	(1.016)
Constituição/reversão de participação nos resultados - bônus	-	-	-	(259)
Outros benefícios a empregados	(358)	(337)	(702)	(761)
Total de despesas com benefícios a empregados	(2.121)	(2.586)	(4.851)	(6.623)
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(230)	(551)	(1.198)	(2.434)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(1.891)	(2.035)	(3.653)	(4.189)
Total	(2.121)	(2.586)	(4.851)	(6.623)

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/03/25	31/03/26	31/03/25
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(894)	(996)	(821)	(1.413)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(16)	(2)	(20)	(484)
Perdas decorrentes de operação de "swap"	(2.830)	(7.031)	(2.830)	(7.031)
Outras	(1.327)	(1.298)	(1.583)	(1.058)
Total	(5.067)	(9.327)	(5.254)	(9.986)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/03/25	31/03/26	31/03/25
Receitas financeiras:				
Juros ativos	495	-	-	1.061
Rendimentos de aplicações financeiras	748	957	1.281	1.450
Outras	1	217	1.019	63
Total	1.244	1.174	2.300	2.574

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/03/25	31/03/26	31/03/25
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(2.430)	(2.982)	(2.588)	(3.152)
Ativas	6.815	11.105	5.502	10.906
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas	(795)	(627)	(2.230)	(1.117)
Ativas	86	211	99	236
Variações hiperinflação, líquidas:				
Passivas	-	-	(3.647)	(5.013)
Ativas	-	-	(302)	719
Total	3.676	7.707	(3.166)	2.579

26. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/03/25	31/03/26	31/03/25
Reversão (provisão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(149)	(154)	(27)	568
Outras	3.910	197	3.963	308
Total	3.761	43	3.936	876

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

27.1. Gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial, a qual é monitorada pela Diretoria da Companhia. São contratados mútuos com partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros.

A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa nº 16, parcelamento de impostos, deduzido por caixa e equivalentes de caixa detalhados na nota explicativa nº 7) e pelo patrimônio líquido conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
Empréstimos, financiamentos e debêntures	24.629	38.953	24.629	38.953
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(23.128)	(24.972)	(62.431)	(71.440)
(-) Aplicação financeira	(1.023)	(999)	(1.023)	(999)
Caixa Líquido	478	12.982	(38.825)	(33.486)
Patrimônio líquido	99.472	103.032	100.896	104.158
Índice de alavancagem financeira- %	(0%)	(13%)	38%	32%

27.2. Classificação dos instrumentos financeiros

Rubrica	Classificação	Nota explicativa	Controladora	
			31/03/26	31/12/25
Bancos	Valor justo por meio do resultado	7	579	492
Aplicações financeiras ⁽¹⁾	Valor justo por meio do resultado		22.549	25.479
Contas a receber de partes relacionadas	Ativo ao custo amortizado	12	26.287	27.488
Contas a receber de clientes	Ativo ao custo amortizado	8	14.744	23.526
Total de ativos financeiros			64.159	76.985
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Passivo ao custo amortizado	16	(24.629)	(38.953)
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	16.b)	(3.141)	(2.630)
Contas a pagar de partes relacionadas	Passivo ao custo amortizado	12	(95.557)	(91.155)
Fornecedores	Passivo ao custo amortizado	15	(24.142)	(18.471)
Total de passivos financeiros			(147.469)	(151.209)
Total de exposição			(83.310)	(74.224)

Nota

Consolidado

Rubrica	Classificação	explicativa	31/03/26	31/12/25
Bancos	Valor justo por meio do resultado	7	19.919	7.449
Aplicações financeiras ⁽ⁱ⁾	Valor justo por meio do resultado		43.535	64.990
Contas a receber de partes relacionadas	Ativo ao custo amortizado	12	8.403	8.403
Contas a receber de clientes	Ativo ao custo amortizado	8	36.763	48.017
Total de ativos financeiros			108.621	128.859
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Passivo ao custo amortizado	16	(24.629)	(38.953)
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	16.b)	(3.141)	(2.630)
Fornecedores	Passivo ao custo amortizado	15	(66.713)	(60.421)
Total de passivos financeiros			(94.483)	(102.004)
Total de exposição			14.136	25.856

- (i) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas de encerramento dos balanços. (nota explicativa nº 7).

27.3. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

a) Exposição ao risco da taxa de juros

O resultado da Companhia é afetado pelas mudanças nas taxas de juros, devido ao impacto que essas alterações têm nas despesas de juros provenientes de instrumentos de dívida com taxas variáveis e nas receitas de juros gerados a partir dos saldos do nosso caixa e dos nossos investimentos. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros em decorrência da variação da taxa de juros é demonstrada no item c.i) abaixo.

b) Exposição ao risco cambial

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira sofreu desvalorizações recorrentes com relação ao Dólar e outras moedas ao longo das últimas décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, poderá ainda haver flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas.

Eventuais desvalorizações do Real com relação ao Dólar americano podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e, conseqüentemente, nossas operações.

Especialmente, no nosso segmento, não conseguimos repassar para os preços grandes desvalorizações cambiais no curto prazo o que, conseqüentemente, afeta as margens da Companhia – uma vez que temos uma parcela importante de nossos custos atrelados em moeda estrangeira (pagamento de cachês de artistas internacionais, sinalizado no balanço da companhia, na linha de Fornecedores Internacionais). Para administrar o risco cambial decorrente principalmente da contratação de conteúdos internacionais, realizamos acompanhamento semanal por meio da elaboração de relatório da nossa exposição cambial e efetuamos a contratação de hedge quando necessário. A realização do evento pode ficar comprometida e tornar-se até mesmo inviável em casos de desvalorização cambial mais extremo.

Em 31 de março de 2026, a Companhia possui contrato de Swap para proteção cambial dos empréstimos em moeda estrangeira realizados durante o período para pagamento de cachês internacionais. As informações resumidas dessas operações são apresentadas como segue:

Empréstimos em moeda estrangeira
Juros
Variação cambial
Total
Total atualizado pelo indexador ativo
Total atualizado pelo indexador passivo
Ganho com Swap

Controladora e Consolidado	
Contratos em Dólar americano convertidos	31/03/26
(29.383)	(29.383)
(245)	(245)
4.999	4.999
(24.629)	(24.629)
24.721	24.721
27.862	27.862
(3.141)	(3.141)

Em 31 de março de 2026, a Companhia possui as seguintes transações em moeda estrangeira registradas no balanço:

Rubrica	Moeda	Controladora		Consolidado	
		31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
Bancos	Dólar	177	192	21.119	18.361
Mútuo com controlada no Peru	Dólar	9.086	9.405	-	-
Mútuo com controladas na argentina	Dólar	(14.903)	(6.728)	-	-
Empréstimos com controladas no exterior	Dólar	(42.069)	(45.200)	-	-
Fornecedores	Dólar	(4)	-	(4)	(286)
Total de exposição		(47.713)	(42.331)	21.115	18.075

Bancos e aplicações financeiras: A Companhia possui valores no exterior como parte da política de gerenciamento de capital e proteção ao risco de exposição da variação do câmbio. Estes recursos serão utilizados para pagamentos de custos operacionais;

Mútuo com partes relacionadas: Correspondem aos saldos a receber e a pagar dos contratos da Companhia e de suas controladas, mantidos em moedas estrangeiras, exceto pela operação de mútuo entre a Companhia e a controlada T4F Chile S.A., no valor remanescente de US\$ 5.500 convertidos para reais em 31 de março de 2026 no valor de R\$ 27.720, o saldo devido a partes relacionadas é decorrente de operações cujas condições poderiam ser diferentes caso praticadas com partes não relacionadas e, portanto, representariam parte do investimento e não necessariamente o valor de mercado das transações financeiras;

Fornecedores: Referem-se aos saldos a pagar de transações comerciais em moedas estrangeiras com contratos assinados.

c) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e taxas de juros

As flutuações do câmbio e das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as informações contábeis intermediárias em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores e contratos de mútuo com controladas, denominados em moeda estrangeira.

Tendo em vista a Administração considerar que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos seus valores justos, consequentemente as análises de sensibilidade a seguir apresentam resultados aplicáveis tanto para valores contábeis quanto para os valores justos dos ativos e passivos financeiros.

d) Risco de mudança nas taxas de juros

O resultado da Companhia é afetado pelas mudanças nas taxas de juros, devido ao impacto que essas alterações têm nas despesas de juros provenientes de instrumentos de dívida com taxas variáveis e nas receitas de juros gerados a partir dos saldos do nosso caixa e dos investimentos.

Apresentamos, a seguir, nos termos da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, e do Pronunciamento Técnico CPC 40 (R3) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros da Companhia. Este quadro descreve os riscos relacionados à variação nas taxas de juros às quais nossas dívidas e aplicações financeiras estão atreladas, estimados pela Administração para a data-base de 31 de março de 2026. A análise considera cenários prováveis e adversos, com base nas projeções do Relatório Focus do Banco Central do Brasil (BACEN), demonstrando, em cada cenário, o efeito da variação sobre o valor justo dos instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

		Controladora				
		Cenário				
		Possível			Remoto	
	31/03/26	Provável (i)	+25% (ii)	-25% (iii)	+50% (iv)	-50% (v)
Empréstimos	(24.629)	(28.018)	(28.664)	(27.371)	(29.311)	(26.725)
Aplicações financeiras	22.549	24.682	25.221	24.144	25.759	23.605
Exposição líquida	(2.080)	(3.336)	(3.443)	(3.227)	(3.552)	(3.120)

		Consolidado				
		Cenário				
		Possível			Remoto	
31/03/26	Provável (i)	+25%	-25%	+50%	-50%	
Empréstimos	(24.629)	(28.018)	(28.664)	(27.371)	(29.311)	(26.725)
Aplicações financeiras	43.536	43.995	44.926	43.064	45.857	42.133
Exposição líquida	18.907	15.977	16.262	15.693	16.546	15.408

- (i) A taxa utilizada para o CDI neste cenário é de 12,40% a.a., resultado da subtração de 0,10% da taxa SELIC de 12,50% a.a., projetada para 31 de março de 2026 pelo relatório Focus publicado em 27 de março de 2026. Foram consideradas as taxas médias de rentabilidade das aplicações detidas pela Companhia em 31 de março de 2026.

e) Risco de mudança nas taxas de juros

Em atendimento à Resolução CVM nº 80, em 31 de março de 2026 a Administração estimou as taxas futuras de câmbio, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo das disponibilidades de caixas e aplicações em moeda estrangeira, bem como os compromissos com fornecedores internacionais, conforme quadro a seguir:

		Controladora				
		Cenário				
		Provável	Possível		Remoto	
		(i)	+25% (ii)	-25% (iii)	+50% (iv)	-50% (v)
	31/03/2026					
Bancos	177	177	221	133	266	89
Empréstimos	(24.629)	(24.629)	(30.786)	(18.472)	(36.944)	(12.315)
Fornecedores	(4)	(4)	(5)	(5)	(6)	(6)
Exposição líquida	(24.456)	(24.456)	(30.570)	(18.344)	(36.684)	(12.232)

		Consolidado				
		Cenário				
		Provável	Possível		Remoto	
		(i)	+25% (ii)	-25% (iii)	+50% (iv)	-50% (v)
	31/03/2026					
Bancos	21.119	21.119	26.399	15.839	31.679	10.560
Empréstimos	(24.629)	(24.629)	(30.786)	(18.472)	(36.944)	(12.315)
Fornecedores	(4)	(4)	(5)	(5)	(6)	(6)
Exposição líquida	(3.514)	(3.514)	(4.392)	(2.638)	(5.271)	(1.761)

(i) O cálculo do cenário Provável dos próximos 12 (doze) meses é resultado da estimativa da taxa de câmbio para o dólar americano de R\$ 5,42 em 31 de março de 2026, segundo o relatório Focus publicado em 27 de março de 2026.

(ii) No cenário Possível, com base nas taxas utilizadas no cenário Provável, entretanto com deterioração de 25% nas paridades cambiais, elevando o dólar americano para R\$ 7,13, as estimativas geram variação negativa em 12 meses de R\$ 879 e R\$ 6.114 no Consolidado e Controladora, respectivamente.

(iii) Em outra análise de cenário possível, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com apreciação de 25% nas paridades cambiais, diminuindo o dólar americano para R\$ 4,28, as estimativas geram variações positivas em 12 meses de R\$ 876 no Consolidado e R\$ 6.112 na Controladora.

(iv) No cenário Remoto, com base nas taxas utilizadas no cenário Provável entretanto com deterioração de 50% nas paridades cambiais, elevando o dólar americano para R\$ 8,55, as estimativas geram variações negativas em 12 meses de R\$ 1.758 e R\$ 12.228 no Consolidado e Controladora, respectivamente.

(v) Ainda dentro da análise do cenário Remoto, com base nas taxas utilizadas no cenário Provável, entretanto com apreciação de 50% nas paridades cambiais, ocasionando queda do dólar americano para R\$ 2,85, as estimativas geram variações positivas em 12 meses de R\$ 1.753 e R\$ 12.224 no Consolidado e na Controladora, respectivamente.

Os resultados das operações com instrumentos financeiros derivativos estão incorporados ao resultado financeiro (nota explicativa nº 25).

f) Risco do ambiente macroeconômico

As economias brasileira, argentina e chilena têm sido marcadas por frequentes e, por vezes, significativas intervenções de seus respectivos governos federais, os quais modificam as políticas monetárias, de crédito, fiscal e outras. As ações dos governos federais brasileiro, argentino e, de maneira menos significativa, do governo chileno, para controlar a inflação e estabelecer outras políticas monetárias envolveram no passado, aumentos nas taxas de juros, mudanças na política fiscal, controle de preços, desvalorizações monetárias, controles de remessas e ingresso de capital, imposição de limitações às importações, entre outras medidas. Não temos controle sobre tais intervenções, tampouco podemos prever quaisquer medidas ou políticas que os governos desses três países possam adotar no futuro.

Nesse sentido, poderemos ser afetados adversamente por mudanças significativas nas políticas ou regulamentações que envolvam ou afetem os seguintes fatores: (i) taxas de juros; (ii) política monetária; (iii) controles cambiais e restrições a remessas para o exterior; (iv) flutuações cambiais; (v) inflação; (vi) instabilidade social; (vii) instabilidade dos preços; (viii) liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos; (ix) impactos da legislação ambiental; (x) barreiras comerciais e restrições ao comércio exterior; (xi) política fiscal; e (xii) outras políticas ou acontecimentos políticos, sociais e econômicos.

Ainda, a incerteza quanto à implementação de eventuais mudanças em referidas políticas ou regulamentações geram instabilidade no ambiente econômico desses países, aumentando a volatilidade do mercado de valores mobiliários, que poderão ter um efeito prejudicial sobre nossos negócios e resultados, bem como afetar adversamente a negociação e o preço de nossas ações.

g) Risco de inflação

De modo geral, como entretenimento não é considerado um serviço essencial, o desempenho do setor é muito sensível às variações da economia. Qualquer desaceleração nos mercados em que operamos resultará em um declínio no poder aquisitivo e na renda disponível tanto do público quanto de nossos patrocinadores, o que poderia causar uma redução da frequência e das receitas dos eventos de entretenimento ao vivo, podendo impactar negativamente o resultado de nossas operações.

Historicamente, o Brasil registrou altas taxas de inflação e, conseqüentemente, adotou políticas monetárias que resultaram em uma das maiores taxas reais de juros do mundo, lógica que mudou entre os anos de 2016 e 2020, com reduções da taxa durante esse período. Entretanto, em 2021, com o impacto da pandemia na economia, vimos o aumento da taxa de juros o objetivo de controlar a inflação.

De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), em dezembro de 2024 a inflação acumulada em 12 meses fio de 4,83%, em 2023 a taxa de inflação de preços no Brasil foi de 4,62%.

A inflação e as medidas adotadas pelo governo brasileiro para combatê-la, principalmente por meio do Banco Central do Brasil, tiveram e podem voltar a ter efeitos consideráveis sobre a economia brasileira e sobre nossos negócios. O Brasil pode passar por aumentos relevantes da taxa de inflação no futuro e eventuais pressões inflacionárias podem levar à intervenção do Governo Federal sobre a economia, incluindo a implementação de políticas governamentais que podem causar um efeito adverso para nós e nossos clientes. Ademais, se o Brasil experimentar altas taxas de inflação, podemos não ser capazes de reajustar os preços de nossos serviços de maneira suficiente para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos, o que pode ter um efeito adverso para nós.

Estamos expostos a inflação sobre Caixa mantido no Chile e na Argentina. No caso do Chile, o cenário atual da economia nos leva a crer que este risco é pouco relevante, além de nossas disponibilidades de caixa

estarem investidas em fundos de renda fixa que rendem, no mínimo, inflação. Na Argentina, da mesma forma, nos protegemos com o investimento do nosso caixa em fundos de renda fixa que rendem, no mínimo, inflação. Parte do nosso caixa na Argentina é composto por saldo a repassar a terceiros, estando esta exposição concentrada no produtor terceiro. Quanto aos fornecedores em moeda local, seus custos acompanham a cotação do dólar contra o peso argentino, o que buscamos, no mínimo acompanhar no preço dos ingressos e aluguéis vendidos.

h) Risco legais

Os governos brasileiro, argentino e chileno podem, a qualquer momento, alterar os seus regimes tributários de modo que aumente o nosso encargo fiscal. Essas alterações incluem modificações de alíquotas e, ocasionalmente, promulgação de novos tributos temporários ou definitivos. Os efeitos dessas medidas e de quaisquer outras alterações que resultarem da promulgação de reformas tributárias poderão acarretar aumentos do nosso encargo fiscal como um todo, o que poderá interferir nos preços por nós praticados, prejudicando nossa situação financeira e resultados operacionais. Caso ocorram quaisquer dessas medidas, não poderemos garantir nossa capacidade de manutenção de preços e lucratividade.

i) Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia e de suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Os valores a receber de clientes estão substancialmente atrelados a vendas com cartão de crédito cujo risco de crédito não recai sobre a Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha de acordo com critérios objetivos para a diversificação de riscos de crédito.

j) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, o caixa e equivalentes de caixa.

28. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada em função da natureza de riscos dos bens e está demonstrada como segue:

		Importância segurada	
		31/03/2026	31/12/2025
Responsabilidade civil geral, estabelecimentos e D&O	Geral e eventos, estabelecimentos comerciais e/ou industriais, empregador, garagista e danos morais. Promoções de Eventos Artísticos, Esportivos e Similares, restaurantes e atletas/pilotos, cruzada e cobertura adicional de montagem e desmontagem, empregados, erros de projeto e circulação de veículos.	70.000	70.000
Seguro patrimonial - estabelecimentos	Incêndio, raio, explosão, vendaval, fumaça, perda de aluguel, equipamentos, luminosos, valores, tumulto, greve, vidro, roubo/furto de bens, valores em trânsito, danos elétricos, alagamentos, lucros cessantes e todos os riscos com vazamento de "sprinklers".	33.667	33.667
		103.667	103.667

As premissas adotadas para a contratação de seguros são definidas e revisadas pela Administração e não fazem parte do escopo dos trabalhos dos auditores independentes.

29. COBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS

a) Contratos de patrocínio

A Companhia mantém contratos de patrocínio de longo prazo, a saber: (i) contratos de patrocínio de nomeação das casas de espetáculos que opera, cujo objeto é, em resumo, a nomeação das mesmas e a forma de exposição da marca do patrocinador; (ii) contrato de patrocínio, cujo objeto é a outorga de benefícios aos clientes do patrocinador de determinados eventos promovidos pela Companhia, entre os quais estão pré-venda de ingressos, descontos e estacionamento preferencial, entre outros.

b) Cartas de garantia de crédito e fianças e Seguro Fiança

A Companhia possui vigentes cartas de fiança bancária e seguro fiança cujo objetivo é garantir o pagamento de determinados processos judiciais, que totalizam aproximadamente R\$ 115.496 (R\$ 146.098 em 31 de dezembro de 2025).

c) Contratos de prestação de serviços

Por força de contratos de prestação de serviços celebrados entre a Companhia e a sociedade Inspiração Organização de Espetáculos Ltda., integrante do Grupo Cirque du Soleil, entre os anos de 2006 a 2008, a T4F reconheceu, nos termos dos mencionados contratos, ser responsável por indenizar a Inspiração contra certas pretensões concernentes a contingências envolvendo Imposto Sobre Serviços (ISS), obrigação essa ratificada em acordo específico para indenização de ISS. Isso em razão da divergência de fiscos municipais em relação aos serviços prestados pela Inspiração (se classificados no item 12.03 da lista de serviços do ISS, ou no item 12.13), impactando no local de recolhimento de tal tributo. O entendimento da T4F, lastreado em parecer de seus assessores jurídicos, foi de que os serviços da Inspiração são enquadráveis no item 12.03, sendo o ISS devido nos locais da efetiva prestação dos serviços, quais sejam, apresentação dos espetáculos circenses. Em dezembro de 2014 a Inspiração foi autuada pela Prefeitura de São Paulo, que tem a pretensão de receber o ISS decorrentes das apresentações do Cirque du Soleil que ocorreram em outras cidades (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Distrito Federal e Porto Alegre), além do que já fora recolhido para a municipalidade de São Paulo. A Companhia, com base nos contratos antes mencionados, assumiu o ônus das defesas de tais autuações, as quais foram julgadas insubsistentes pela municipalidade em primeira e segunda instâncias administrativas. O assunto está em discussão judicial, e na opinião dos assessores da Companhia a probabilidade de perda é possível. O montante envolvido nos processos judiciais contra a Inspiração é de R\$66.071 para 31 de março de 2026 (R\$65.664 em 31 de dezembro de 2025).

d) Contrato de Compra e Venda de Ações

Por força de Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado junto à empresa Veloci Investimentos e Participações S.A. em 31 de agosto de 2020, que teve como objeto a venda, pela Companhia, da totalidade das ações representativas do capital social da empresa Vicar Promoções Desportivas S.A. ("Vicar"), a T4F permaneceu responsável pela condução das Reclamações de Terceiros em face da Vicar que tiveram início antes da assinatura do Contrato, e também se responsabilizou por qualquer contingência, passivo, obrigação e/ou responsabilidade da Vicar de qualquer espécie ou natureza, tais como – porém sem se limitar a – aqueles de natureza tributária, trabalhista, previdenciária, ambiental ou civil, que venha a ser reclamado da Vicar e que esteja ou não devidamente registrado nas informações contábeis intermediárias e nos livros e registros contábeis da Vicar ou mencionado no Contrato ou em seus anexos, cujos fatos geradores sejam anteriores à assinatura do Contrato ou decorrentes de atos praticados pela Vicar ou pela T4F e pela Vendedora YPY Participações S.A. até a data de assinatura do Contrato. Foi constituída pela T4F uma Conta Escrow em garantia ao integral cumprimento das obrigações contratuais das Vendedoras, na qual foi depositado pelos Compradores o valor de R\$5, o qual será liberado gradualmente às Vendedoras, conforme mecanismo previsto em contrato.

30. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A IFRS 8 - Segmentos Operacionais, requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

a) Receitas e resultados dos segmentos

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em resultados de execução de atividades relacionadas à: (i) promoção de eventos, que engloba a realização de shows e espetáculos ao vivo, peças teatrais e exposições; (ii) operações, que inclui a comercialização de tickets, venda de alimentos e bebidas e operação de casas; e (iii) patrocínios. A segmentação por atividade é, ainda, desdobrada por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: (i) Brasil; (ii) Argentina; (iii) Chile, (iv) Peru e (v) Estados Unidos da América.

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais brutas, nos impostos, nas receitas operacionais líquidas, nos custos dos serviços prestados, nas despesas e no "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA", no lucro líquido do período e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 31 de março de 2026 e 2025.

Consolidado				
31/03/26				
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculos	Patrocínio	Total
Receita líquida	13.316	16.758	3.090	33.164
Custos	(10.115)	(14.781)	-	(24.896)
Lucro (prejuízo) bruto	3.201	1.977	3.090	8.268
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(76)	(3.089)	-	(3.165)
	3.125	(1.112)	3.090	5.103
Despesas administrativas				(4.428)
Resultado financeiro				(2.059)
Lucro antes dos impostos				(1.384)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS



Consolidado				
31/03/25				
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculos	Patrocínio	Total
Receita líquida	-	18.853	4.099	22.952
Custos	-	(18.950)	-	(18.950)
Lucro (prejuízo) bruto	-	(97)	4.099	4.002
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	-	(2.463)	-	(2.463)
	-	(2.560)	4.099	1.539
Despesas administrativas				(6.434)
Resultado financeiro				(4.833)
Lucro antes dos impostos				(9.728)

b) Informações geográficas

A receita das operações da Companhia por área geográfica está detalhada a seguir:

	Consolidado	
	31/03/26	31/03/25
Receita líquida		
Argentina	12.034	18.236
Brasil	21.131	4.624
Chile	-	92
	33.165	22.952

	Consolidado	
	31/03/26	31/03/25
Lucro bruto (prejuízo)		
Argentina	3.356	3.892
Brasil	4.913	21
Chile	-	89
	8.269	4.002

	Consolidado	
	31/03/26	31/03/25
Lucro (prejuízo) operacional antes dos impostos		
Argentina	(4.624)	(3.647)
Brasil	(284)	(6.278)
Chile	(139)	14
Peru	(628)	124
Estados Unidos da América	48	59
	(5.627)	(9.728)

31. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro do período, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o mesmo período.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição. Em 31 de março de 2026 e 2025, não havia ações ordinárias potenciais.

O cálculo do lucro (prejuízo) por ação está demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	31/03/26	31/03/25
Prejuízo do período atribuível aos acionistas da Companhia	(3.226)	(11.802)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação ⁽ⁱ⁾	6.741.262	6.741.262
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro (prejuízo) diluído por ação ⁽ⁱ⁾	6.741.262	6.741.262
Lucro (prejuízo) básico por ação - em reais	(0,4785)	(1,7507)
Lucro (prejuízo) diluído por ação - em reais	(0,4785)	(1,7507)

- (i) Conforme comunicado ao mercado divulgado em 28/05/2025 por meio de fato relevante, a Companhia realizou o grupamento de ações, dessa forma, o capital social da Companhia passou a ser dividido em 6.741.262 ações ordinárias.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

Francesca Brown Alterio, Diretora Presidente, Diretora Financeira e de Relações com Investidores, declara que é responsável pela elaboração e adequada apresentação das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos necessários para permitir a elaboração dessas informações contábeis intermediárias livres de distorções relevantes.

Declara ainda que revisou o conjunto das informações contábeis intermediárias e seu conteúdo é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo, 13 de maio de 2026

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Francesca Brown Alterio, Diretora Presidente, Diretora Financeira e de Relações com Investidores, declara que tem conhecimento sobre o relatório dos auditores independentes sobre as informações contábeis intermediárias individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das informações contábeis intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e está de acordo com a íntegra do mesmo.

São Paulo, 13 de maio de 2026

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis trimestrais

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da

T4F Entretenimento S.A.

São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da T4F Entretenimento S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional

IAS 34 “Interim Financial Reporting”, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade” e

ISRE 2410 “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de maio de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-025.583/O-1

Régis Eduardo Baptista dos Santos

Contador CRC 1SP-255.954/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Francesca Brown Alterio, Diretora Presidente, Diretora Financeira e de Relações com Investidores, declara que é responsável pela elaboração e adequada apresentação das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos necessários para permitir a elaboração dessas informações contábeis intermediárias livres de distorções relevantes.

Declara ainda que revisou o conjunto das informações contábeis intermediárias e seu conteúdo é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo, 13 de maio de 2026

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Francesca Brown Alterio, Diretora Presidente, Diretora Financeira e de Relações com Investidores, declara que tem conhecimento sobre o relatório dos auditores independentes sobre as informações contábeis intermediárias individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das informações contábeis intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e está de acordo com a íntegra do mesmo.

São Paulo, 13 de maio de 2026